

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

SANDRA RIBEIRO DA SILVA AMBROSIM



A (IN) TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA REFLEXÃO SOBRE SÍMBOLOS
RELIGIOSOS NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

SANDRA RIBEIRO DA SILVA AMBROSIM

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 08.12/2017.

A (IN) TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA REFLEXÃO SOBRE SÍMBOLOS
RELIGIOSOS NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

Trabalho final de Mestrado profissional
Para obtenção de grau de Mestre em Ciências das
Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-graduação
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientadora: Dra. Claudete Beise Ulrich

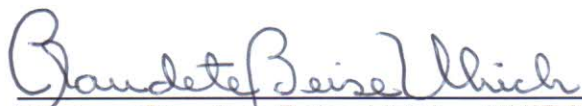
Vitória
2017

SANDRA RIBEIRO DA SILVA AMBROSIM

A (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA: UMA REFLEXÃO SOBRE SÍMBOLOS
RELIGIOSOS NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

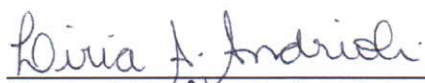
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA (presidente)



Doutor Julio Cezar de Paula Brotto – UNIDA



Doutor Liria Ângela Andrioli – UNIDA

Ambrosim, Sandra Ribeiro da Silva

A intolerância religiosa / Uma reflexão sobre símbolos religiosos no contexto da escola pública / Sandra Ribeiro da Silva Amorim. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

xi, 78 f. ; 31 cm.

Orientadora: Claudete Beise Ulrich

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

Referências bibliográficas: f. 75-78

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Tolerância e intolerância religiosa. 4. Símbolos religiosos. 5. Símbolos religiosos e escola pública. - Tese. I. Sandra Ribeiro da Silva Ambrosim. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos por DEUS, uma vez que acredito em sua existência e sei que Ele colocou pessoas especiais a meu lado, sem as quais certamente eu não teria dado conta desse trabalho.

A minha mãe Beide que sempre foi o meu exemplo de vida.

Ao meu filho Arthur, amigo e incentivador em todas as horas.

A minha orientadora Profa. Dra. Claudete Beise Ulrich, que me acompanhou e incentivou, com carinho, dedicação e profissionalismo, durante toda a construção desse trabalho.

A Faculdade Unida e todo corpo docente e funcionários, pela parceria, ajuda e conhecimento prestados.

Aos meus amigos e companheiros que cursaram esse mestrado comigo.

Aos/Às meus/minhas queridos/as alunos/alunas da Escola EMEIEF Frei José Osés, que me ensinaram e ensinam a cada dia o exercício da minha profissão. Permitindo com que eu me desconstrua de velhos hábitos e me construa verdadeiramente de valores que me fazem conhecer a palavra tolerância em sua essência.

Enfim, agradeço a área da Educação por ter me escolhido como professora e me permitir ajudar, no exercício da minha profissão, na construção de uma escola nova e tolerante, que respeita a diversidade cultural, social, religiosa e humana, bem como a todos os envolvidos dentro e fora do contexto escolar.



“O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”. Paulo Freire

RESUMO

Nos dias atuais, refletir sobre o tema tolerância e intolerância é imprescindível. A tolerância é comprometida com a integridade, e, quando trabalhada no âmbito escolar, ela semeia a paz, mediando todas as formas de relações e possibilitando a construção do respeito. O objetivo deste estudo é apresentar a escola como um espaço público da vivência e da pluralidade, mas também, como espaço onde acontecem atitudes intolerantes entre professores/as e alunos/as. No entanto, é possível constatar que em muitas delas, sejam públicas ou privadas há símbolos religiosos cristãos, apontando para o cristianismo como religião majoritária. O Estado é laico e, por consequência, a escola também o é. Isso indica que não é possível a prática de somente uma doutrinação religiosa, é preciso entender que todas necessitam ter o seu espaço. Portanto, esta pesquisa nasce da experiência pedagógica cotidiana e das perguntas de como lidar com essas situações que fomentam a intolerância religiosa. O contexto público escolar é marcado pela diversidade e pluralidade religiosa e cultural. É necessário ficar claro que a escola pública brasileira é o lugar onde essa pluralidade social e cultural acontecem e é o local onde deveria prezar a tolerância, expressada como respeito ao diferente, incluindo a diversidade dos símbolos religiosos. Além disso, é preciso refletir sobre ações pedagógicas concretas, como práticas inovadoras, que sejam capazes de superar a intolerância religiosa. Para Paulo Freire, a Escola é considerada um espaço público privilegiado na construção do conhecimento, sendo esse o melhor caminho para o diálogo. Diálogo esse que possibilita o respeito aos valores de cada um e tem como contribuição a formação do indivíduo para a transformação da sociedade, no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática, superando assim a intolerância religiosa. A dissertação está baseada em pesquisa bibliográfica, documental e fundamenta-se no método ver, julgar e agir.

Palavras-chave: Tolerância. Intolerância. Escola Pública. Símbolos religiosos. Ciências da Religião.

ABSTRACT

Nowadays, thinking about tolerance and intolerance is indispensable. Tolerance is compromised with integrity, and when it is worked out in the school environment, it disseminates peace, mediating all forms of relationships, and making it possible to build respect. The goal of this study is to present the school as a public space of experience and plurality, but also as a place where intolerant attitudes between teachers and students occur. However, it is possible to verify that in many of them, whether public or private, have Christian religious symbols, pointing to Christianity as a majority religion. The state is laic and, consequently, the school is also secular. That is an indication that it is not possible to practice only a religious indoctrination, it is necessary to understand that all of them need to have their space. Therefore, this research begins with the daily pedagogical experience and the questions of how to deal with situations that promote religious intolerance. The public school context is marked by diversity and religious and cultural plurality. It is necessary to be clear that the Brazilian public school is where this social and cultural plurality takes place and is the place where tolerance should be praised, expressed as respect for the different, including the diversity of religious symbols. Besides, it is necessary to reflect on concrete pedagogical actions, such as innovative practices, that are capable of overcoming religious intolerance. For Paulo Freire, the School is considered a free public space in the construction of knowledge, which is the best way for dialogue. Dialoguing allows respect for the values of each one, having as a contribution the formation of the individual for the transformation of society, in the sense of making it less unequal and more democratic, thus overcoming religious intolerance. The dissertation is based on bibliographical, documentary research and is based on the see, judge and act method.

Keywords: Tolerance. Intolerance. Public School. Religious symbols. Religious Science.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 UMA REFLEXÃO SOBRE SÍMBOLOS RELIGIOSOS NO ESPAÇO PÚBLICO E NA SALA DE AULA	11
1.1 O significado de símbolo.....	11
1.2 Espaço público e esfera pública.....	12
1.3 Símbolos religiosos em espaços públicos.....	14
1.4 Escola pública no espaço público e a questão dos símbolos religiosos.....	18
2 ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE DIVERSIDADE.....	21
2.1 A educação pública e a diversidade das relações	21
2.2 O processo da construção da in (tolerância) e os novos desafios da escola pública moderna	27
2.3 Superação da intolerância religiosa e cultural como tema transversal	35
2.4 O aspecto legal da escola pública: educar na diversidade	39
3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES/RAS PARA A TOLERÂNCIA E A DIVERSIDADE	47
3.1 Formação de professores/ras no Estado do Espírito Santo.....	47
3.2 Município de Castelo, estado Espírito Santo: um pouco da sua história e de seu contexto.....	53
3.3 Formação continuada dos/as professores/as do município de Castelo - ES.....	57
3.4 Formação para a diversidade: respeito aos diferentes símbolos e expressões culturais e religiosas.....	64
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

O termo tolerância se coloca em contraposição à intolerância. Nos dias atuais, refletir sobre o tema tolerância e intolerância é imprescindível. O autoritarismo, a violência e a corrupção assolam, impiedosamente, todas as camadas sociais e também a escola. Este presente trabalho de conclusão de mestrado nasce da experiência, em sala de aula e da observação de atitudes intolerantes tanto de estudantes como de professores/as e da família, especialmente, em relação à diversidade religiosa e ao uso de símbolos no espaço da escola pública. A tolerância é comprometida com a integridade, e, quando trabalhada no âmbito escolar, ela semeia a paz, mediando todas as formas de relações, possibilitando a construção do respeito.

A escola é entendida como um espaço público e da vivência da pluralidade. No entanto, é possível constatar que em muitas delas, sejam públicas ou privadas há símbolos religiosos cristãos, apontando para o cristianismo como religião majoritária. A pergunta problema desta pesquisa é: Como é possível superar a intolerância religiosa na escola pública, se a mesma promove o cristianismo, através da utilização de símbolos religiosos cristãos em seu ambiente físico? Percebe-se que a tolerância nas escolas públicas, muitas vezes, se mostra de forma superficial. De fato, não há preocupação que conduza para atitudes de querer conhecer o outro em sua diversidade. Em função disso, infelizmente, não há ações que levem à construção do respeito.

A autora desta dissertação de mestrado é professora em escola pública, na cidade de Castelo, no estado do Espírito Santo¹, e tem presenciado situações de desrespeito, especialmente, em relação às crianças de tradição afrodescendente. As pessoas da cidade de Castelo - ES em sua maior parte, são de tradição cristã. Segundo o último Censo de 2010, a maioria é de tradição cristã católica.² Esta predominância do cristianismo também se manifesta na escola, onde se encontram símbolos relacionados a essa tradição religiosa. O Estado é laico e, por consequência, a escola pública também é laica. Isso indica que não é possível a prática de nenhuma doutrinação religiosa, mas todas as tradições religiosas necessitam ter o seu espaço na escola. Portanto, a pesquisa nasce da experiência pedagógica cotidiana e das perguntas de como lidar com essas situações que fomentam a intolerância religiosa.

¹ Cidade de Castelo, estado do Espírito Santo, integra a região do polo sul do estado do ES. Disponível em: <<http://www.castelo.es.gov.br/site/index.asp>>. Acesso em 20 dez. 2017.

² IBGE. Castelo – estado do Espírito Santo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/castelo/panorama>>. Acesso em 20 dez. 2017.

A pesquisa está baseada em pesquisas bibliográficas que refletem sobre símbolos religiosos, espaço público, escola pública, ensino religioso, intolerância religiosa e sobre a formação docente na cidade de Castelo, no estado do Espírito Santo e em documentos da secretaria da educação do estado do Espírito Santo e da cidade de Castelo - ES. O diálogo, colocado por Paulo Freire, é de fundamental importância para qualquer ação pedagógica que busque a superação da intolerância religiosa. A pesquisa fundamentou-se, a partir da prática pedagógica cotidiana, no método ver, julgar e agir.

O primeiro capítulo busca entender sobre os conceitos símbolo, espaço e esfera pública, símbolos religiosos, a sala de aula como um espaço público. A sala de aula é entendida, neste trabalho, como um espaço público. O espaço público é marcado pela diversidade e pluralidade religiosa e cultural. É necessário ficar claro que a escola pública brasileira é o lugar da pluralidade social e cultural e ela deveria prezar, também, pela diversidade dos símbolos religiosos. No entanto, percebe-se que não é o que está acontecendo, que tem gerado intolerância e violências.

O segundo capítulo reflete sobre o significado de tolerância e intolerância e como a mesma se manifesta no cotidiano escolar. Michael Walzer foi o principal referencial teórico para elaboração deste capítulo. Nesse sentido, também retorna a pergunta deste trabalho: Como o uso de símbolos religiosos, em sua maioria cristãos, interferem no cotidiano da sala de aula, sendo esse um espaço da diversidade cultural e religiosa? As utilizações desses símbolos geram intolerância religiosa e de que forma isso acontece no âmbito da escola pública.

O terceiro capítulo reflete sobre a escola pública, na cidade de Castelo no ES, a partir da disciplina de Ensino Religioso, para a superação da intolerância religiosa, buscando desenvolver respeito à diferença. Este capítulo também evidencia a importância de Paulo Freire como defensor da Escola como um espaço público privilegiado na construção do conhecimento, apontando esse como o melhor caminho para o diálogo. Diálogo esse que possibilita o respeito aos valores de cada um e tem como contribuição a formação do ser humano para a transformação da sociedade, no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática, superando assim a intolerância religiosa e todas outras que se apresentam no contexto escolar.

1 UMA REFLEXÃO SOBRE SÍMBOLOS RELIGIOSOS NO ESPAÇO PÚBLICO E NA SALA DE AULA

O presente capítulo reflete sobre o significado do símbolo, espaço público e esfera pública, apontando para a escola como espaço público e como se dá a presença de símbolos religiosos no espaço público e na escola pública. A sala de aula é um espaço público democrático onde se reflete sobre as diferentes tradições religiosas. Como entender que, de forma geral, no espaço da escola pública se encontrem somente símbolos religiosos cristãos, em detrimento de outras tradições religiosas, que também têm os seus símbolos religiosos?

1.1 O significado de símbolo

Na atualidade, estudiosos e cientistas refletem sobre a presença da religião no espaço público por se tratar de um diálogo controverso e, às vezes, polêmico. Nesse sentido, a reflexão também se volta para a reflexão sobre o sentido dos símbolos e seus significados na esfera da sala de aula. De acordo com Brenda Mallon: [...] “os símbolos possuem um poder além das palavras, carregam uma variedade de significados que falam à alma, à mente e às emoções”.³ O símbolo, portanto, vai além da simples imagem, como também evoca uma grande gama de sentidos. Os mesmos são vivenciados e interpretados de forma diferente pelas pessoas e pelos contextos em que estão inseridos.

De acordo com Antônio Carlos Magalhães: “O símbolo convida para a reunião, para o cruzamento das partes rompidas, dos acordos desfeitos, o que o torna um aspecto fundamental da religião”.⁴ O símbolo evoca união, agrupamento, acordo. Ligado à religião, Magalhães direciona para José Severino Croatto que diz: “O símbolo é a chave da linguagem inteira da experiência religiosa”.⁵ No entanto, Magalhães destaca que é necessário ir além do símbolo ligado somente à linguagem religiosa. Magalhães cita, então, Cornelius Castoriadis que apresenta a religião como aquela que dá sentido para aquilo que não é possível nominar, representar, apresentando e ocultando o caos.

A religião fornece nome ao inominável, uma representação ao irrepresentável, um lugar ao ilocalizável. Realiza e satisfaz, ao mesmo tempo, a experiência do Abismo e

³ MALLON, Brenda: *Os símbolos místicos* - um guia completo dos símbolos e sinais mágicos e sagrados- símbolos de Antigas Civilizações e religiosos. São Paulo. Larousse, 2009, p. 4.

⁴ MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo. Violência, símbolo e religião. *Relação entre monoteísmo e violência Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 32, p. 12, jan/jun 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/202/212>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

⁵ CROATTO *apud* MAGALHÃES, 2007, p. 13.

a incapacidade de aceitá-lo [...] ela é, por excelência, a apresentação/ocultação do caos. Constitui uma formação de compromisso, que prepara ao mesmo tempo a impossibilidade para os humanos de fecharem-se no aqui-e-agora de sua existência real e sua impossibilidade, quase igual, em aceitar a experiência do Abismo.⁶

A religião conduz o ser humano para além da realidade vivenciável e para além da experiência do abismo, isso é, de aceitá-lo ou de rejeitá-lo. Nesse sentido, é importante acentuar que a questão do símbolo não se restringe aos limites da indicação, da informação, mas da participação. Magalhães, nesse sentido, indica que Campbell: “O símbolo, energizado pela metáfora, comunica não simplesmente uma ideia do infinito, mas uma certa realização do infinito”.⁷ O símbolo, portanto, não é somente uma ideia do infinito, mas já aqui e agora uma realização do infinito. Carrega a força que possibilita o ser humano realizar experiências que vão além da realidade concreta, conduzindo a um processo de transcendência. Segundo Magalhães:

O símbolo aponta para essa necessidade religiosa que não se conforma em reconhecer uma transcendência sem relação, uma luz inacessível; ele teima justamente em superar a distância, em tom majestoso e existencial, em aproximar longitudes, ainda que as respeitando.⁸

O símbolo, portanto, conduz à participação para o qual aponta. Aqui se tem um ponto fundamental [...] “para a compreensão do poder que determinadas imagens têm na construção de sentido de mundo”.⁹ Portanto, o símbolo não somente representa ou procura unir algo, mas já indica a possibilidade da realização de algo desejável, não num futuro distante, mas já aqui e agora. Reflete-se, a seguir, espaço público e esfera pública.

1.2 Espaço público e esfera pública

É muito importante ter clareza do que significa espaço público. O que vem a ser espaço público? Como é possível conceituá-lo? O termo espaço público, segundo Gomes, tem a sua origem na expressão alemã *Öffentlichkeit*:

Representando a propriedade comum a todos os entes. Em português temos uma porção dessas expressões, como a ‘publicidade’ mesma, que pode ser entendida, dentre outros modos, como a propriedade comum entre todas as coisas públicas. No caso, *Öffentlichkeit* vem do adjetivo *öffentlich*, que se traduz como ‘público’ e mantém mais ou menos as mesmas acepções do termo em português: o que é ‘comum

⁶ CASTORIADIS, 1985 *apud* MAGALHÃES, 2007, p. 14.

⁷ CAMPBELL, 2002 *apud* MAGALHÃES, 2007, p. 14.

⁸ MAGALHÃES, 2007, p. 14.

⁹ MAGALHÃES, 2007, p. 15.

a todos, o 'estatal' e o 'notório'. Nesta perspectiva, a *Öffentlichkeit* é basicamente a publicidade, entendida no sentido indicado pouco antes. Mas *öffentlich*, por sua vez, deriva obviamente de outro adjetivo mais elementar que é *offen* (em inglês *open*), que significa 'aberto', enquanto que o adjetivo 'público' se deriva do substantivo 'povo'. Assim, há aqui uma espécie de separação entre os dois termos que nos autoriza a imaginar que o território *Öffentlichkeit* seja mais metafórico do que a tradução por 'publicidade' nos permite distinguir. De fato, ao repousar, por fim, na ideia de *populus*, a noção de *publicidade* revela as suas raízes republicanas, enquanto ao remeter, por último, à ideia de *Öffnen* ou *Öffnung*, abertura, a *Öffentlichkeit* destaca o campo metafórico daquilo que é descoberto, disponível, acessível. A *Öffentlichkeit* é, então, literalmente, a *publicidade*, mas de maneira figurada; é a propriedade comum a todas as coisas são abertas, descobertas, disponíveis, acessíveis.¹⁰

O espaço público tem a ver com aquilo que é aberto, disponível e acessível. Nesse sentido, é importante lembrar de acordo com Gomes que: [...] “a condição de *Öffentlichkeit* está em contraste com uma outra a saber, aquela em que coisas, pessoas, ideais, instituições, normas e informações são tratadas reservadamente, veladamente ou secretamente.”¹¹ Gomes lembra de Jürgen Habermas que refletiu o tema da esfera pública, reconhecendo que cada período histórico tem a sua *Öffentlichkeit*.¹² Assim, o que pertence ao mundo público e ao mundo privado são também construções históricas, que vão mudando com o decorrer do tempo e do espaço geográfico. Gomes mostra que, atualmente, a esfera pública inclui um conjunto muito amplo de significados, que é necessário utilizar a expressão com cuidado.¹³ O autor assinala para cinco sentidos do termo:

1) Esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, que acredito ser o sentido mais original da expressão; 2) esfera pública como a arena pública, isto é, como o *locus* da discussão sobre temas de interesse comum conduzida pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto é, como o *locus* onde temas, ideias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade.¹⁴

A esfera pública, assim, como o espaço público é um lugar aberto, onde se pode falar sem reservas e onde todas as pessoas, independentemente, de cor, raça, de orientação sexual, de etnia, de classe social, têm espaço. A esfera pública é o espaço público do diálogo e da discussão de ideias diferentes. É, também, lugar onde acontecem as discussões sobre temas que

¹⁰ GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 51-52.

¹¹ GOMES, 2006, p. 52.

¹² HABERMAS, 1962 *apud* GOMES 2006, p. 52. “Habermas mesmo fala de uma *Öffentlichkeit* grega e de uma *Öffentlichkeit* medieval, antes de se ocupar da forma burguesa, que está no centro de sua atenção”.

¹³ GOMES, 2006, p. 56.

¹⁴ GOMES, 2006, p. 56.

são colocados como necessários para o avanço da cidadania. É, também, o lugar da interação social, enfim, das sociabilidades. Felipe Gustavo Koch Buttelli reflete o espaço público a partir de Clovis Pinto de Castro, que desenvolve o seu posicionamento sobre esfera pública a partir de Hanna Arendt.¹⁵ Segundo Buttelli, a partir do pensamento de Castro:

Espaço público, para Arendt é espaço para política. Nisso torna-se fundamental a concepção de Vita Activa de Arendt, que distingue entre três esferas de vida. O labor (Animal laborans), que representa toda forma de trabalho para garantir subsistência; o trabalho (homo faber), que se refere a toda atividade criativa de ‘bens duráveis’, ferramentas, arte, cultura, etc. Essas duas esferas da vida ainda não compreendem ou ensejam a atividade da liberdade política, pois ainda estão centradas nas atividades que perpetuam o privado. A esfera da política – enquanto ação transformadora da realidade, é a esfera da *ação*.¹⁶

O espaço público é o espaço da ação política, da busca da transformação. Portanto, a esfera pública como espaço da deliberação, do diálogo e da ação tem a ver com mudanças da realidade. A seguir reflete-se sobre os símbolos religiosos em espaços públicos.

1.3 Símbolos religiosos em espaços públicos

Na maioria das vezes, os símbolos religiosos, em espaços públicos no Brasil, têm remetido, especialmente, à tradição cristã. Encontra-se, por exemplo, em muitos lugares públicos, tais como: no parlamento, nos tribunais, nos hospitais, nas escolas, um dos maiores símbolos do cristianismo, que é a cruz. Também, a Bíblia tem sido usada e colocada como símbolo religioso em lugares públicos (praças, por exemplo), afirmando, especialmente grupos protestantes. No Rio de Janeiro, encontra-se a imagem do Cristo Redentor, que fica situado no cume do Corcovado. Portanto, percebe-se que o espaço público é um espaço em disputa, por diferentes grupos religiosos que querem demonstrar a sua força sobre outras manifestações religiosas. A relação entre o público e o religioso permeia diversos âmbitos políticos e encontra resultados em diferentes parcerias: cultural, tradicional, civil, jurídico e religiosa.¹⁷

A problematização da religião em espaço público se configura em abordagens significativas e também apresenta diferenças no entendimento de possibilidades e de

¹⁵ CASTRO, 2010 *apud* BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. De ocupações a teologias: desafios públicos à Teologia. *Encontros Teológicos*, nº. 69, Ano 29, n. 3, p. 111, 2014. Disponível: <<https://revista.facasc.edu.br/ret/article/download/92/84>>. Acesso em 20 jun 2017.

¹⁶ CASTRO, 2010 *apud* BUTTELLI, 2014, p. 111.

¹⁷ Cf. RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto *Laicidade à Brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. p. 87-122.

significações expressivas, que traduzem debates em relação ao significado do que é partilha, compromisso e inclusão, no domínio do espaço público, considerando situações de injustiça e desigualdade social. Há de considerar situações de tensão, de perseguição e de legitimação da religião em determinado poder público constituído. Paulo Vasconcelos Jacobina ilustra essa ideia de conflito, quando escreve a importância cultural implícita nos signos ou símbolos religiosos na atualidade:

Esse fenômeno vem sendo marcado em nossos dias por uma busca frenética e muitas vezes até bem-intencionada de eliminação de determinados símbolos religiosos dos espaços públicos. Não de quaisquer símbolos religiosos, porque isso, ademais de impossível, sequer é demandado: Imagine-se arrancar cada estatua de Têmis dos fóruns, ou cada estátua de Minerva, Semiramis ou Marianne, a deusa positivista, das praças, notas de dinheiro ou universidades públicas. Imagine-se eliminar cada ‘praça dos Orixás’ existente no país, ou mesmo as pequenas imagens de budas gordinhos, elefantinhos e deusas indianas de muitos braços, adornados com incenso barato e pequenas moedas, ou mesmo só quadros de ‘ying/yang’ existentes em muitos espaços públicos e repartições por aí. Nem se mencionam essas coisas como de alguma forma agressivas a uma pretensa neutralidade religiosa nos espaços políticos, porque sabe-se que são deuses de fãncaria, metáforas hipostalizadas de ambições estritamente humanas, ou de poderes já domesticados e desinfluentes.¹⁸

O autor registra como, através do sistema simbólico, se compreende o mundo da cultura de forma fascinante e apaixonante. Pode-se considerar que, se se eliminarem os símbolos ou signos religiosos do espaço público, se concretiza a submissão do problema do confronto, entre poder público e poder religioso. Esse entrave é tão antigo quanto a história da humanidade, margeando a capacidade administrativa de gerir economia do maquinário público e a forma como os seres humanos fazem intermediações no que diz respeito aos assuntos de atitude entre Deus e os seres humanos. Sobre o antigo e o atual, Prandi expõe que: “[...] em realidade, religião e cultura apresentam-se interligados em várias sociedades do passado e mesmo atuais”.¹⁹ Portanto, as presenças dos símbolos religiosos em espaços públicos expressam a cultura daquele lugar. No entanto, o problema se coloca quando outros símbolos religiosos que também convivem naquele espaço são desprezados, gerando intolerância religiosa, por exemplo, estátuas de Orixás²⁰ ou de Iemanjá, considerada a divindade das águas, na Umbanda e no Candomblé.²¹

¹⁸ JACOBINA, Paulo Vasconcelos. *Estado laico, povo brasileiro: reflexões sobre liberdade religiosa e laicidade estatal*. São Paulo: Ltr. 2015. p. 98.

¹⁹ PRANDI, Reginaldo. Converter indivíduos, mudar culturas. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 155-157, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/08.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

²⁰ Cf, SOARES, Thiago; CALAGNO, Luiz. Ataques de intolerância religiosa contra estátuas de orixás envergonha o DF. *Correio Braziliense*, 31 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/gX4smL>>. Acesso em 20 de jun. 2017.

²¹ Cf, IGLECIO, Patrícia. Por liberdade religiosa, cultos afro lutam contra o preconceito em vários níveis. *Rede Brasil Atual*. 19 Set. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/w6h79M>>. Acesso em: 20 jul 2017.

A pluralidade da questão desse debate não garante neutralidade, mas a imparcialidade ajuda o campo ético, político e jurídico na independência, para que o Estado ou a Religião legisle e sancione sobre o papel do que é público ou religioso. Oro afirma que: “Há algumas décadas, os especialistas do fenômeno religioso vêm se esforçando para discutir a secularização, a morte de Deus, a expansão da influência da religião”.²² Esse diálogo é ressaltado pelos pesquisadores Ari Pedro Oro, Carlos Alberto Steil, Roberto Cipriani e Emerson Giumbelli quando eles apontam “[...] ou seja, o religioso, em suas várias formas e expressões, se impõe como um ator, ao lado de outros, que constituem, não sem tensões, a complexidade do espaço público”.²³

Nesse conversar polêmico, o governo brasileiro se posiciona de acordo com cada estado e sua respectiva cultura, costumes e cada necessidade que envolva os setores da sociedade civil organizada. Conforme cada demanda, discute-se e argumenta-se cada qual com sua reivindicação, editando decretos e decisões sobre um pensar, em relação ao propósito de símbolos e signos e a abrangência concreta e impactante na sociedade e na vida de cada cidadão. Sobre símbolos e signos, no espaço público, podemos refletir com Emerson Giumbelli:

Em dezembro de 2009, por meio de um decreto o governo federal brasileiro apresentou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Em outros mandados, dois programas já haviam sido aprovados, de modo que esse ficou conhecido como PNDH – 3. Entre muitas propostas mencionadas no documento, uma delas estipulava, com o objetivo de avançar no ‘respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia a laicidade de Estado’, a seguinte ação: ‘Desenvolver mecanismo para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União’. Ao incluir essa medida entre suas propostas, o documento do governo posicionava-se dentro de uma polêmica com muitos capítulos recentes no Brasil.²⁴

A consciência do bem comum compõe o conjunto de ideias e conceitos de elementos que mediam a discussão, o entendimento e a comunicação. Portanto, entende-se que o símbolo religioso pode emitir significados ao debate público, possibilitando situações de intolerância religiosa, quando um símbolo se sobrepõe ao outro. No Brasil, os símbolos religiosos do cristianismo se sobrepõem aos das religiões afro-brasileiras, por exemplo.

Através do reconhecimento do pluralismo religioso é possível criar espaços públicos de respeito à diversidade. Nesse caso, a conversa franca e aberta pode revelar ângulos e

²² ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson. Introdução. In: ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). *A Religião no espaço público: Atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p.13.

²³ ORO et al., 2012, p. 15.

²⁴ GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos. In: ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). *A Religião no espaço público: Atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 45.

propostas para explorar e alcançar sucesso em temas polêmicos e contemporâneos que se mostram ou não cruciais para a consciência da cidadania. É necessário ter claro a compreensão de que o Brasil é um Estado Laico com a Constituição da República de 1988. O artigo 19, I da Magna Carta enuncia que:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
 I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
 II - recusar fé aos documentos públicos;
 III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.²⁵

Isso significa garantia de poder confessar um credo, bem como de não querer confessar nenhum credo. O artigo 19 da constituição com seus três artigos é aberto e está claro que se deve recusar a fé nos documentos públicos. No entanto, não há nenhum artigo que proíba os símbolos religiosos em espaços públicos. Marília De Franceschi Neto Domingos registra que:

Assim, Estado laico é aquele onde o direito do cidadão de ter ou não ter religião é respeitado e que assegura a ‘liberdade de consciência’. As únicas restrições feitas a esse direito referem-se à manutenção da ordem pública. Esse direito é assegurado pelo artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem: ‘Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião’. A laicidade alia, então, a liberdade de consciência fundada sobre a autonomia individual e ao princípio da igualdade entre os homens. É a garantia da liberdade de pensamento do Homem dentro de uma comunidade política, a garantia de liberdade de espírito, a garantia da liberdade do próprio homem. A laicidade não exclui, no entanto, as religiões e suas manifestações públicas, nem o ensino religioso, muito menos deve interferir nas convicções pessoais daqueles que optam por não professar nenhuma religião. A laicidade garante também aos cidadãos que nenhuma religião, crença ou igreja poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses. Esta separação entre Igreja e estado é que garante a ‘pacificação’ entre as diversas crenças religiosas, uma vez que não privilegia nenhuma delas. Assim, podemos apontar três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo.²⁶

De acordo com a autora, a laicidade não exclui as religiões e as suas manifestações públicas, tampouco o ensino religioso. A separação entre a religião e o estado, isto é, a laicidade, garantem três princípios: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo. Nesse sentido, Aldir Guedes Soriano afirma que a laicidade do Estado está vinculada diretamente à democracia, pois “não há direitos civis e políticos sem democracia,

²⁵ BRASIL, Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 jul 2017.

²⁶ DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. *Revista de Estudos da Religião*, p. 51, 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017,

nem tampouco liberdade religiosa. A democracia é o substrato que permite o exercício da liberdade religiosa e, também dos demais direitos fundamentais da pessoa humana”.²⁷ Segundo Ivison Guilherme Teixeira Barbosa e Leonardo Barreto Ferraz Gominho:

É esta liberdade garantida pela laicidade do Estado que deve estar presente nas representações políticas levando em consideração que estas existem devido ao Estado Laico Democrático de Direito em que vivemos hoje, teoricamente, ou que deveríamos viver na prática.²⁸

Portanto, o estado laico democrático de direito garante a vida em liberdade, de se praticar ou não uma religião. A liberdade de escolha de participar ou não de uma comunidade religiosa é livre, individual, privada, não imposta pelo estado.

1.4 Escola pública no espaço público e a questão dos símbolos religiosos

A escola é um lugar do diálogo, da diversidade de saberes, que são distintos e complementares. E, quando esses saberes dialogam com os saberes dominados do povo, as instituições religiosas passam a ser atores, na esfera pública, sem ferir nossa visão republicana. Assim, a religião desloca-se da esfera do foro íntimo e se vincula com políticas de defesa da dignidade humana.

Ao longo dos tempos, esse conviver de símbolos em ambiente educacional carregou contrastes político-religiosos, que exigiram por excelência diálogo, aprendizagem, contexto histórico e conquistas para a relação de ajuda ensino-aprendizagem. O uso do símbolo religioso pode incentivar as várias formas de levar o aluno a perceber e a assumir a linguagem simbólica como comportamento do dizer sobre o amor e o plural. Essa pode ser uma experiência gratificante, podendo oferecer subsídios para a formação integral do aluno. Os símbolos religiosos podem se tornar facilitadores, pois dão a ideia de compreensão e imbricam várias dimensões dos saberes, além de fornecerem padrões gerais de comportamento construindo e/ou em construção sedimentados, ao longo dos tempos. O símbolo nasce da capacidade que temos

²⁷ SORIANO, Aldir Guedes. Direito à liberdade religiosa sob a perspectiva da democracia liberal. In: SORIANO, Aldir Guedes; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Direito à liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. p. 164.

²⁸ BARBOSA, Ivison Guilherme Teixeira, GOMINHO, Leonardo Barreto Ferraz. *A religião e a política de um Estado Laico: o proselitismo religioso do Congresso Nacional que põe em risco a essência de nossa democracia*. Disponível em: <<https://goo.gl/4hEFL2>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

de transcender, de ir além, uma vez que possuímos a espiritualidade como uma de nossas dimensões.²⁹

Sobre a função do símbolo dizemos que ele é unificador, revela o contexto do real no mágico e no supersticioso. Ele leva o espiritual para a realidade do sagrado. Ele tende a identificar-se através de formas e situações, de objetos e de modalidades. Ele permite integrar a coincidência e o entendimento das ligações místicas e divinas que exprimem a consciência da complexidade da lógica. A lógica do símbolo é sempre coerente e sistemática nas criações do subconsciente, na existência da fenomenologia e fragmenta o transfigurar dos traços do que se deseja, unificando e multidisciplinando a razão da criação do real e a aspiração, que dá movimento, vida, equilíbrio e estabilidade ao pensar ou imaginar algo em que se acredita.

Livre circulação é, alias, dizer pouco: o símbolo, como se viu, identifica, assimila, unifica planos heterogêneos e realidades aparentemente irreduzíveis. Mas ainda: a experiência mágica religiosa permite a transformação do próprio homem em símbolo.³⁰

Nesse caso, a experiência enriquece e amplia o revelar do reencontro, do compreender e do entender a autenticidade do existir, pois, o humano está sempre em evolução e construção. À medida que se aprende a adquirir conhecimento e deixa a arrogância, adquire pretensões e busca pelo sentido. A descrição da realidade visa ou anseia pela verdade, a consciência se torna crítica e desacomoda e a linguagem cria termos de representatividade. Surge então, nessa hora, o desempenhar do papel do símbolo com suas suposições universais e a necessidade do humano alcança e prolonga o infinito para buscar a divindade na necessidade do belo e do perfeito.

Então, perpetua a forma e o desenho do imaginar e do revelar a expressão de comunicar-se e de expressar-se para o entendimento pleno. Apregoa-se o amor ao próximo, à prática do amor, desenvolvendo a relação social, a igualdade e a sensibilidade solidária. Superar a intolerância, às vezes, demanda justiça jurídica, denúncia e prestação de socorro, pois como humanos está-se em constante processo de humanização e aprendizagem. Como afirma Freire:

“O inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente”.³¹ A consciência do inacabamento inscreve homens e

²⁹ NASSER, Maria Celina Cabrera. *O uso de símbolos: sugestões para a sala de aula*. São Paulo: Paulinas. 2006, p. 15.

³⁰ MIRCEA, Eliade. *Tratando da história das religiões*. Tradução de Fernando Tomaz; Natália Nunes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 372.

³¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 55.

mulheres na “invenção da existência [...] a possibilidade de embelezar como de enfeiar o mundo e tudo isso inscreveria mulheres e homens como seres éticos.”³²

Para um mundo sem exclusão e (in) tolerância, o ser humano necessita exercer a consciência do seu inacabamento para compreender que somos diferentes uns dos outros, que todos têm características que diferem uns dos outros, com seus mitos, crenças e individualidades. De acordo com Wagner Lopes Sanchez:

Uma das primeiras experiências que vivemos no início de nossas vidas é, justamente, a de que somos diferentes das outras pessoas e do mundo. Aos poucos, vamos descobrindo que as pessoas têm características que as diferem de nós, o que vale também para as culturas. É a experiência da alteridade. [...]

A descoberta da alteridade, portanto, é, antes de tudo, a experiência da diferença. Este é o núcleo central das culturas: a existência das diferenças. [...] Em outras palavras, as diferenças devem ser respeitadas. [...]

Hoje, mais do que nunca, a reivindicação do direito à diferença desponta como uma bandeira que se acrescenta e redimensiona o lema da modernidade e fraternidade.³³

A escola é um espaço para aprender a aprender que os seres humanos são diferentes, inacabados e a necessidade de exercer o princípio ético de respeito às diferenças. Freire acentua: “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”.³⁴ Portanto, entender o processo de inacabamento do ser humano, aprendendo a respeitar as diferenças, num processo dialógico, será fundamental para se relacionar com as diferenças e superar as intolerâncias nos diversos espaços de convivência humana. Neste sentido, o próximo capítulo reflete sobre a escola como espaço público e da diversidade.

³² FREIRE, 1998, p. 57.

³³ SANCHEZ, Wagner Lopes. *Pluralismo religioso no mundo atual*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 16-19.

³⁴ FREIRE, 1998, p. 64.

2 ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE DIVERSIDADE

O presente capítulo reflete sobre a escola como espaço da diversidade, intolerância religiosa e como a mesma se manifesta no cotidiano escolar. Nesse sentido, também retorna a pergunta deste trabalho: Como o uso de símbolos religiosos, em sua maioria cristãos, interferem no cotidiano da sala de aula, sendo esse um espaço da diversidade cultural e religiosa? As utilizações desses símbolos geram intolerância religiosa e de que forma isso acontece no âmbito da escola pública?

2.1 A educação pública e a diversidade das relações

A formação cultural ou grupos do qual fazemos parte nos tornam seres diferentes uns dos outros, portanto discursivos em forças e poderes para argumentar sobre o contrário e proposições, sobre análises e descrições de possibilidades. Na discordância de ideias, torna-se passível de discussões que caem, às vezes, no sinistro e na a desunião: a intolerância. Essa formação cultural, quando diminui à igualdade, faz sucumbir a importância do entendimento, da moral e da ética. Ronaldo Almeida verbera com Françoise Héritier, quando escreve:

A intolerância é sempre, essencialmente, a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a Si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de um mero acidente de percurso: existe uma lógica da intolerância. Ela serve aos interesses dos que se julgam ameaçados.³⁵

A cultura da intolerância abrange vértices e práticas, barbáries, violação de direitos, hostilidades e, no contexto, pode-se alcançar meios e modos de avançar para a tolerância. Através ou dependendo do discurso, pode-se caminhar para o pacífico e o justo. Sobre discurso, partes e tolerância Michael Walzer afirma:

Cada uma dessas ocasiões é constituída por um conjunto de restrições, de regras de compromisso, por assim dizer, para as partes envolvidas. As partes representam os restantes de nós. Raciocinam, negociam ou conversam atendo-se às restrições, concebidas para impor os critérios, formais de qualquer moralidade: imparcialidade absoluta ou algum equivalente funcional disso. Supondo que a imposição seja bem-sucedida, é plausível de considerar as conclusões a que chegam as partes como sendo dotados de autoridade moral.³⁶

³⁵ HÉRITIER, Françoise, 1998 *apud* ALMEIDA, Ronaldo. Dez anos “do chute na Santa”: a intolerância com a diferença. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007, p. 171.

³⁶ WALZER, Michael. *Da tolerância*. São Paulo: Martins Fontes. 1999, p. 3.

A tolerância exige raciocínio, princípios, argumentos, uma problemática que levará a uma solução. Ela possibilita anseios e valores, traz justificativa e pendências que prometem liberdade de expressão. Nela, acontece o limite da rejeição, perseguição, seja religiosa ou não, da imposição de alguém ou algo sob força ou contra a vontade. Ela implica envolvimento mútuo, interações. Em casos de o discurso assumir a transigência, a argumentação mesmo reivindica alternativas e contextualizações de versões e/ou, muitas vezes, exposição de novas ideias para que distorções de opiniões padronizem ansiedades e considerações. E, assim, a proposta do entendimento justifique o prejudicado e o beneficiado, num dado momento ou local do desentendimento ou da intolerância. A dúvida persistente sobreviverá sobre aspectos positivos, degenerará injustiças e constituirá maneiras e adaptações para a construção do plural e do coletivo. Se, o juízo ou o presumir, ou o comparar se circunstanciar em intolerância, o tolerar trará versões de dar vantagem ou desvantagem em promover ligações que sejam conflituosas ou problemáticas. Ou mesmo, quando o entrave adquirir características catastróficas. A eficiência e o sucesso do processo para a tolerância presumem respeito sobre o pensar de um ou do outro, ou do coletivo, isto é, do nós. O pensar sobre a harmonia, sobre a atitude de ceder, de admirações e gosto, como também o imaginar ou pensar na tolerância sugerem interpretações e competências, porém, reconhecem probabilidades, intenções e garantem chances com experimentações no princípio do crédito e da confiança. Na escolha entre o pensar, o agir, o falar e o julgar, forma-se o conjunto de visões, provisório ou concreto. A propósito disso, Clemildo Anacleto Silva e Maria Bueno Ribeiro afirmam:

Em outros casos a intolerância, a discriminação e o preconceito estão ligados às questões históricas ou a uma disputa em que o outro saiu como perdedor. Em todo caso na raiz está a ideia de que o outro traz consigo uma inferioridade. Inferioridade que já faz parte de sua natureza.³⁷

Dependendo do que falar e agir, a extensão do presumir pode se tornar suspeita e condenar a realidade do entender. Somos seres inacabados e as decisões que tomamos ou fazemos são circunstâncias que vem e vão no caminho do indivíduo. Nesse aceitar, acontece o valioso amor fraternal como merecimento do que um verá no outro: então o ver, o fazer, o agir e o entregar importarão no entendimento da tolerância. Não é somente aceitar, ou incluir, mas buscar caminhos interiores que dão consciência e alcança o introspecto profundo do coração e do âmago.

³⁷ SILVA, Clemildo Anacleto; RIBEIRO, Maria Bueno. *Intolerância religiosa e direitos humanos*. Porto Alegre: Sulina; Universidade Metodista. 2007. p. 59.

Precisa-se trabalhar a paciência e outros sentimentos que elevem as virtudes diariamente, como um capricho de rotina da relação do ver, do julgar e do agir. Ter paciência é ser capaz de esperar, de lidar bem com o tempo e com o estresse, é suportar momentos e situações inovadoras com empreendedorismo. E, ter domínio de si mesmo, dos seus próprios sentimentos e do momento em que se está sendo vivenciado. E, é claro, equilibra-se, sempre, centrado nos desejos e contratempos. Exercitar o limite próprio e adquirir hábitos saudáveis, ajuda a solucionar demandas internas e externas. O aceitar implica a pertinência, portanto, se necessita conviver com as diferenças sem acumular pressões, sem represas ocultas, para administrar a reflexão e o entender sem agressividade ou rejeição.

O fato de se autoconhecer, previne a inquietude. Assim, se antecede a impaciência, as frustrações e o desacreditar, para que as variáveis reforcem a significância dos sentimentos. O desafio de exercer todo o conjunto na prática da paciência, descontrói perturbações, desproposita o falar sobre o que se pensa sem de fato conhecer a má impressão, do impor ou ensinamentos. Desenvolve a generalidade consigo mesmo e com os outros, descontrói fraquezas e incapacidades, depressões e ansiedades.

A tolerância propicia dignidade e integridade quando recria contraste no desigual e indaga o inquestionável, pois sensibiliza as questões do papel do pensar, do falar e do agir. Ela é polêmica, porque aponta para tréguas, evoca o pensar do que é submissão e do que é representatividade. Assume o inaceitável, revela referência e persistência onde há laços que tendem para a arrogância.

Quando o grupo expressa seletividade à tolerância, flui otimismo e paciência. E afunilar o fluxo do que é relativo, do óbvio e da unificação, diversificando o caminho para o plural, perfilando parcerias. Entre o alterar e o distribuir, ela desnuda a eficiência e o permanecer dos fatos. Se o momento retiver segmentos da dúvida ou da desconfiança, ela oportuniza, alarga e aumenta o acesso ao tráfico das emoções, sobretudo num conflito prematuro sem uma análise de resultados. Na ideia de um diálogo congestionado, consegue convergir surpreendentes processos.

A tolerância evidencia sonhos retidos em um diálogo que poderá desencadear em conflito ou confusão, fazendo do pensar e do agir um contingente coexistente. Nela, o desejo pertinente de perdoar diante dos erros e acertos permitem o inovador ao inesperado e o fracasso se desmantela e a causa e efeito se tornam criticidade. Através dela as definições do dizer, do contradizer e do não dizer em momento de futuro impasse, condiciona respostas, propõe metodologia e teoriza a clareza para a superação e alternância. Com ela, o conceber suaviza o compreender, contribui para o discernimento do complexo e do contexto. Jhonson descreve:

Um sábio provérbio adverte que ‘não é o que você não sabe que o coloca em enrascada, mas, o que sabe que não é bem assim’. Muitas vezes, o verdadeiro passo para o entendimento é eliminar falsos conceitos que apenas escondem nossa ignorância; por exemplo, por encorajar a crença [...].³⁸

A distinção das opções do imaginar implica os saberes que já se possui e que irá se adquirir ou transmitir. O contexto substanciado, portanto, importa sobre esclarecimento das dúvidas e avaliações: o julgar. E no pré-julgamento, na ignorância e na injustiça que moram a intolerância. Onde existe intolerância, há o fracasso. Ele é um misterioso sinal da existência de segmentos de bolsão de pobreza. A falta de tenacidade das políticas públicas e a deliberação da corrupção e da injustiça inibem a sensibilidade para o enfrentamento dos problemas humanos.

A intolerância deprecia a parte inestimável do coração, pois retira a comoção e deixa o conformado alheio à exclusão e ao sofrimento. A incoerência ofusca o brilho do sentimento e da reconciliação: do compreender para transformar. No que concerne à intolerância, repercute que o pensar, o dizer e o agir revelam atitudes negativas provindas de embaraços de ideias, e refletem compromisso com o que se diz respeito ao inconformismo e à contribuição com o inestimável: o afeto. O afeto fornece situações de zelo sobre o limite de rupturas inovadoras.

A disposição para o aprender, para o ouvir e a de se desconstruir e se construir internamente, necessita da prática. A ação do crédito no ato de firmar a conjugação da integridade do constituir denominações, formalidades e intervenção nos princípios que exprimem o horror ou selvageria. Walzer pergunta:

Será que as escolas públicas, por exemplo, não deveriam tentar fazer com que as pessoas avançassem? [...] Não há dúvida de que as relações pessoais que atravessam fronteiras culturais seriam melhoradas se as pessoas avançassem para além da tolerância mínima que as descrições gráficas da intolerância visam a produzir. Então, sobre intervir, tolerar e intolerar pode-se escrever: ‘[...] essa feliz coincidência entre o intolerável e o tolerável não é comum. A intolerância humanitária em geral não é suficiente para sobrepor-se dos riscos que a intervenção acarta, e razões adicionais para a intervenção [...]’.³⁹

A probabilidade e o estabelecer de igualdade, no entender, asseguram o definir dos espaços de perturbações, medos desordens e ameaças. Educar para a tolerância envolve sensibilidade expressiva no compreender e para respeitar uns aos outros. É educar para o diverso e para o plural.

³⁸ JOHNSON, Phillip E. *Ciência, intolerância e fé*. A cunha da verdade: rompendo os fundamentos do naturalismo. 2. ed. Trad. Elizabeth Gomes. Viçosa: Ultimato. 2007. p. 143.

³⁹ WALZER, 1999, p. 18-19.

No contexto escolar, os obstáculos ou agressividade sobre ideolog de gênero religioso deverá caminhar para uma real descoberta do outro e de si. O diálogo deve ganhar profundidade e se tornar interessante para prosseguir num caminho para a civilidade, para a liberdade e para o compromisso moral e religioso. A comunicação nos remota à compreensão e, conseqüentemente, ao entendimento. A ideia e o conjunto do universo na sala de aula, compõem um ambiente propício para toda a aprendizagem e conhecimento do humano, da transcendência e da intolerância. Ainda Maria Celina Cabrera Nasser afirma:

[...] a experiência da transcendência expressa-se, portanto, através do símbolo, uma vez que ele é capaz de tocar o divino que mora no ser humano. O símbolo depende da estrutura ou da condição espiritual de cada ser humano, isto é, o símbolo compõe a linguagem do espírito por meio da transcendência.⁴⁰

Pode-se afirmar que intolerância religiosa é um termo que compõe a atitude mental, que caracteriza a falta de habilidade em reconhecer o respeito às diferenças ou crenças religiosas entre um ou mais indivíduos. Ela se manifesta dentre outras maneiras de forma política ou ideológica. Ela floresce a tese ao longo dos tempos sempre que falta a tolerância, a liberdade de expressão e o pluralismo.

Com ela, a busca pelo conhecimento permanece significativa e com dimensão do sobrepor a intenção disso ou daquilo, que pode anteceder do feito que levaria ao arrependimento ou ao intransigente, ou mesmo esclarecer o pressuposto que pode determinar a ação do manifestar de forma a ascender condições positivas. Tornando o abstrato para o caminhar do esclarecimento, assim a opressão deixa de ser porta-voz para dar lugar a atuação simples e determinada, voltada para o solucionar de possíveis conflitos, para o diálogo e o adquirir explorações mentais que especifiquem equações sábias e solucionadoras em determinada situação de impacto ao novo. Tolerar e qualificar especificidades do experimento diante do irreverente e aos costumes do produto do que achamos ou ainda não se conhece.

Com ela, alterna-se o entender, o significar, o solucionar e o concluir modificações de aspectos e perspectivas das análises e definições do pensar sobre realidades. Ela constitui produções de partilha para criar novas sínteses, previne o precário, tornando passível de superação. Ela condiciona um retoque elegante a uma condição que seria uma lacuna ou desastre em condições aparentemente inevitáveis, ou seja, uma relação que tenderia ao fracasso. Diante do tolerar, o fracasso é driblado e a dificuldade de esclarecer as ideias qualificam de quem é esta ou aquela razão. O foco da razão pode diluir em adjetivos e o fruto de um possível

⁴⁰ NASSER, 2006, p. 78-79.

desequilíbrio do pensamento. Também, pode advir como determinante que diz respeito ao pensar com honestidade e sinceridade, julgamento, arrogância, prepotência, admissão do erro e o pedir do perdão. Dallas Willard concorda com essa ideia afirmando:

A razão é a capacidade humana de determinar, por meio do pensamento, o que é ou não real. Séculos atrás, o pensador honesto tinha de estar disposto a seguir a pergunta ainda que esta conduzisse a um universo sem Deus. O mesmo se dá com o pensador honesto de hoje. Ele tem de se dispor a seguir a pergunta ainda que está a um Universo governado por Deus. Atualmente, esta última possibilidade é o motivo de aqueles que se julgam responsáveis por tudo que é razoável e o motivo de aqueles que se julgam responsáveis por tudo que é razoável e certo se tornarem intolerantes e arrogantes.⁴¹

Aqui, equaciona-se sobre o raciocinar e a (in) tolerância, assegura-se o ponto comum na divergência do sentir, ver, falar, agir e julgar. O raciocínio pode prevenir como será o avaliar e o concluir, ele fica entre o provisório e o aceitar por completo. Ele conforma ou não o consenso que perfilará a personalização da empatia positiva ou negativa. O raciocínio irá identificar a ironia oculta, a hipocrisia deferirá a certeza, a convicção, o caráter benigno que fará prevalecer o crer sobre isso ou aquilo.

Com a tolerância, o declarar final produzirá dizeres e saberes que surpreenderão acertos e erros advindos de eventualidades e da capacidade de alegar. No tom da fala, emplace-se a persistência de atos característicos do autoritarismo, da irritação, do incômodo, da verdade ou da mentira (do dizer, do desdizer, do desmentir, do outorgar e do delegar). E a questão real de quem é o direito e/ou de quem é o dever. Quem estabelecerá as regras, ou a quem é conferido algo (do direcionar, agir, dirigir, ou o a correção) do comando, seja de ações ou de ideias? O bem suceder, no contexto tolerância, revela a consciência numa perspectiva sobre estilo e livre arbítrio.

Dessa forma, o fenômeno preconceito se torna imparcial e deixa de se inserir e formar barreiras. A imparcialidade evidencia o cálculo do confiável e endossa a independência para o inexplicável do pensamento, da inteligência, da liderança, da estratégia e da indagação que permeiam o sucesso. No sucesso, o encontro com a descoberta não tem estrutura fixa, e os elementos adquiridos no saber pode ajudar a adaptar situações que exigem o tolerar de acordo com cada realidade. Os elementos que se podem negociar na hora da intervenção podem ser obrigatórios ou alternativos se o momento exigir a palavra, o gesto, a dinâmica ou a atividade, são passo a passo para uma preparação do encontro com o outro.

⁴¹ WILLARD, Dallas. Prefácio. In: JOHNSON, Phillip E. *Ciência, intolerância e fé*. A cunha da verdade: rompendo os fundamentos do naturalismo. 2. ed. Trad. Elizabeth Gomes. Viçosa: Ultimato. 2007. p. 11.

O objetivo do querer bem fica colocado de forma clara. O tempo demonstra a simpatia, a relação da intimidade traz uma leitura formal e informal de acordo com a vontade. Sonhos se realizam, a necessidade da esperança ilumina e irradia, fazendo a partilha, aprofunda momentos de ligação e apelos sobre o que se pode, o que se precisa ou que se deve mudar. Que apelos faz a diferença no mim e no nós.

O celebrar da conquista resulta em relações que remetem ao tema do (in) tolerar e do rever que trazem memórias essenciais para vivenciar e compreender. Ao encerramento desse enlace, a misericórdia exalta a bondade, o desejo da confiança de criaturas difunde e completa a obra que a humanidade merece: a harmonia e o imenso esplendor da justiça. A harmonia emerge à compaixão, ao perdão e irradia a luz que guia caminhos insondáveis do consolo, da amargura e do rancor que desmoram e inflamam o inconcebível. Muitas vezes, a humildade se faz cura para cicatrizes de mágoas e ressentimentos, pois, não olhar para os erros ou defeitos, destrói a capacidade de aceitar e não favorecer a compassividade e a benevolência com seu perfume incomensurável. Pergunta-se, então, quais são os desafios para a escola pública em relação à construção da tolerância no cotidiano escolar.

2.2 O processo da construção da in (tolerância) e os novos desafios da escola pública moderna

A tolerância é comprometida com a integridade. No âmbito escolar, a tolerância semeia a paz, mediando todas as formas de conviver com a diferença, com a construção de percepções e peculiaridades. No tolerar, há demonstrações de aceitação acerca do próximo, minimizando as probabilidades de acontecer crueldades, injustiças, opressões, torturas, imposições, repulsas, ódios, vinganças.

A intolerância é repugnância na relação de semelhantes, traz agonia, permissividade. Nessa perspectiva, o compreender da realidade representa e fundamenta o desenvolver das relações de indivíduos. O educar compreende estratégias. A educação prima pelo essencial. O saber e o aprender condicionam para a autonomia. O aprender a aprender referenda à humildade, frente ao momento, que antecede ao preceito a algo ou a alguém. Segundo Freire:

“Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.”⁴²

⁴² FREIRE, 1998, p. 39-40.

A dimensão da compreensão intelectual para o processo da superação da intolerância deve se caracterizar por uma educação que contemple o respeito e o amor. Silva discorre sobre o tema identificando que: “A história da humanidade é também a história da sua inabilidade para conviver com o outro, com o diferente. Os preconceitos que geram a intolerância nutrem-se de alimentos abundantes como o desconhecimento, o desrespeito e a indiferença”.⁴³

O fenômeno inteligência faz do humano um complexo molecular explicável, mutante, de fácil adaptabilidade, seletivo e sociável. Uma verdadeira obra de recepção e transmissão de aprendizagem. Um ser por excelência de relações, pensante, capaz de fazer escolhas, de reproduzir, de ressocializar. Lógico, amoroso e com capacidade de amar, designador de confiança, competitivo, de decisões, que pode odiar, fingir, político e com pontos de vista diverso, emotivo (que se ilude), vulnerável, forte e ambicioso e influenciável. Walzer conclui:

Como acontece com outras coisas a que damos valor, devemos perguntar o que sustenta a tolerância e como ela funciona [...]. Quero apenas sugerir o que a tolerância sustenta. Ela sustenta a própria vida, porque a perseguição muitas vezes visa a morte, e também sustenta a vidas comuns, as diferentes comunidades em que vivemos. A tolerância torna a diferença possível; a diferença torna a tolerância necessária. Uma defesa da tolerância não precisa da diferença. Pode-se e muitas vezes é, apenas uma argumentação que se faz necessária.[...] Na via social, política e cultural, prefiro o plural ao singular.⁴⁴

Essa é uma questão da tolerância que está entre o conflito e o bom senso. A intolerância, às vezes beira o absurdo, e se faz necessário interferir para evitar o bizarro, as injúrias, as calúnias, as maledicências, as pressuposições, as mentiras, as traições, as distorções de significados e de significantes, a falsidade e a falta de consciência, os desentendimentos, os desatinos e o desumano. O pensar deve predominar e empreender a informação não preconceituosa, para o fazer, o agir e o ver interagirem numa combinação para o aprender e o aceitar mútuo e respeitoso. Walzer afirma:

O respeito mútuo é uma das atitudes que contribuem para a tolerância – a atitude mais atraente, talvez, mas não necessariamente a que tem maior probabilidade de se desenvolver ou a mais estável ao longo do tempo. Às vezes, de fato, a tolerância funciona melhor quando as relações políticas de superioridade e inferioridade são bem definidas e reconhecidas por todos.⁴⁵

Reconhecer o erro e a ambição são passos para reconhecer o limite e o egoísmo. Quando há condições favoráveis à mente e ao coração, num projeto inovador, se tornam abertos

⁴³ SILVA, 2007, orelha.

⁴⁴ WALZER, 1999, XII (prefácio).

⁴⁵ WALZER, 1999, p. 69-70.

e receptivos para argumentos sobre verdades suas e de outrem. Quando se fala sobre intolerância, a inferência imediata pode induzir conclusões com consequências cuja asserção levará a possíveis situações desmedidas e desconfortáveis. Por isso, é preciso repensar sempre em fortalecer elos que superem todo tipo de violência ou intolerância, propositar atitudes e ações que contribuam para a cidadania, a soberania do caráter, da dignidade e para direitos.

Ainda, sobre direitos injustiçados no (in)tolerar, que impõem as vítimas de intolerância ao sofrimento e à intransigência, numa conclusão precipitada. É o ideal de liberdade, da percepção e de sensações que propositam o discutir de contradições ou de conduta. Então, Walzer aponta que:

Tolerar e ser tolerado tem algo do governar e ser governado de Aristóteles: é a tarefa dos cidadãos democráticos. Não acho que seja uma tarefa fácil nem insignificante. A própria tolerância é, muitas vezes, subestimada, como se fosse o mínimo que podemos fazer por nossos semelhantes, o menor de seus mínimos direitos. De fato, a tolerância como atitude assume muitas formas diferentes, e a tolerância como prática pode ser organizada de diferentes maneiras.⁴⁶

A tolerância pede reflexão acerca do poder imperativo da massa, daí o ponderar para a sabedoria. Pois o maldizer, o malfazer ou mal falar pode causar um desastroso desencontro de ideias, sentimentos e provocar a intolerância, se a inteligência e a articulação forem subestimadas. Johnson afirma: “Quando falamos sobre pessoas com crenças, pensamentos, desejos e sensações, ou tomando decisões com base em reflexão, estamos participando de uma espécie de ficção chamada de ‘psicologia do povo’”.⁴⁷

A psicologia do povo ou “massa” pode propagar sob a esfera da mídia, especulações, às vezes, não sólidas que dão premissa à evolução no comportamento dos ouvintes, ou de grupos, tornando a relação pessoal ou impessoal, no emaranhar de contextualizações e sensações, na decisão ou escolha: é a chamada influência. Sobre influência podem surgir fenômenos sentimentais como o egoísmo, pois os pensamentos profundos que fleumam no acionar de tensões podem desencadear proveitos no que diz respeito ao que é do outro. Segundo Susan Blackmore:

Tudo que você aprendeu por copiar de outra pessoa é um meme. Isso inclui o seu hábito de dirigir do lado esquerdo ou direito, passar manteiga na torrada, vestir jeans, ou sair num feriado... Os memes são ‘herdados’ quando copiamos a ação de outra pessoa, quando transmitimos uma ideia ou uma história, quando publicamos um livro, ou quando um programa de rádio é transmitido. Os memes variam, porque a imitação

⁴⁶ WALZER, 1999, p. XI-XII.

⁴⁷ JOHNSON, 2007, p. 131.

humana está longe de ser perfeita... Finalmente, existe a seleção memética. Pense em quantas coisas você ouve por dia e quão poucas você passa adiante para outra pessoa.⁴⁸

Entender sobre *memes* nesse processo de autoconhecer o imitar é prosseguir no consenso e no conceito da (in) tolerância, identificando o manipular ideológico e a busca de respostas e perguntas interiores, fundamentando sobre hipóteses do que sabemos, para assimilar o diferente e o novo. Johnson complementa o pensar de Blackmore:

Como os memes egoístas se envolvem uns com os outros, eles formam complexos sistemas meméticos como idiomas, teorias religiosas e científicas e ideologias políticas. Porém, sua mais ponderosa criação é a ilusão do eu. Podemos sentir como se tivéssemos um euzinho especial dentro de nós, com sensações e consciência, que vive a minha vida, e toma as minhas decisões.⁴⁹

Algo a mais, além do simples imitar. Então, pode-se discutir, observar e debater sobre diversidade, tradições e interpretações sobre problemáticas entre os seres humanos, suas relações e manifestações sobre o mundo e o meio. O pedagogo Paulo Freire argumenta: “Somos seres inacabados, nosso destino não é dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não podemos nos eximir”.⁵⁰ Portanto, a responsabilidade pessoal e social precisa ser desenvolvida e assumida no cotidiano da escola e da vida.

É a escolha e o livre arbítrio em contraste com o diverso e o plural. Acontece o mais ou o menos tolerante e dependendo da prática desses engajamentos, do descrever das questões de baixa de ou alta complexidade. Sobre tolerância e manifestações, Walzer descreve: “No mundo de hoje, todos podem aprender com este engajamento particular com a diferença, mas ninguém aprenderá bastante se não se familiarizar com muitos outros engajamentos”.⁵¹

Entre grupos, devido às diversas manifestações do diferente, pode ocorrer um processo de distinção que se consignará caso não for detectado em regime e, posteriormente, em fenômeno: é a intolerância. Ainda, Walzer, complementa:

Na vida social, política cultural, prefiro o plural ao singular. Ao mesmo tempo, reconheço que cada regime de tolerância deve ser até certo ponto singular e unificado, capaz de garantir a lealdade de seus membros. A coexistência requer um arranjo politicamente estável e moralmente legítimo, e isso é um objeto de valor. É possível imaginar que exista um único arranjo ótimo entre todos os possíveis, mas tendo a duvidar dessa proposição.⁵²

⁴⁸ BLACKMORE *apud* JOHNSON, 2007, p. 122.

⁴⁹ JOHNSON, 2007, p. 122-123.

⁵⁰ FREIRE, 1998, p. 55.

⁵¹ WALZER, 1999, p. 11.

⁵² WALZER, 1999, p. (prefácio)

E ainda sobre manifestações Francisco Catão assinala caminhos: “Precisa ser analisado a partir de inúmeras manifestações, para que se possa chegar a uma compreensão positiva e diversificada dos caminhos pelos quais o ser humano se orienta para o transcendente”.⁵³ Neste sentido, “[...] cabe, também, à educação a responsabilidade de abrir as portas da mente e do coração e de apontar horizontes de construção partilhada de sociedades humanas mais humanizadas”.⁵⁴

Pautar sobre o tolerar é sobrepor especulações, repulsa, repugnância, natureza do óbvio, determinações, proximidades sobre impressões, sobre expectativas, sobre transações, mediando convivências, referências, estruturas, conclusões, valores e complexidade. As formas de lidar com o tolerar exigem paciência, perseverança e domínio de si mesmo e acima de tudo um grande respeito a outra pessoa.

As circunstâncias emocionais, quando amadurecidas, permitem um melhor desempenho nas relações do cotidiano cujas situações complexas minimizam alguns dos grandes desentendimentos ou algumas das grandes aflições. Walzer aponta para o fato de que: “A tolerância de práticas problemáticas varia entre os diferentes regimes de forma complexa, e os juízos que formulamos sobre a variação tendem a ser igualmente complexos”.⁵⁵ Aqui, tratada, no contexto do tolerar, a repugnância é perigosa e envolve constituições de complexidade, de poder, de alternância e de democracia. Muitas das vezes, na intolerância, a mesma necessita de intervenção e do interromper, do reivindicar de proteção para a justiça e para o requerer da autonomia. Nesse patamar de ideias, há espaço para aderir novos modos de inovar convicções do ver, do julgar e do agir dentro da diversidade. É a busca pela integridade. A integridade compromissada a convivência, organizando o pensar, a prática e a defesa na tomada de decisões ou na variável.

A resignação, quando praticada ou elaborada como virtude, caracteriza pontos de vista e pode ser um passo para a curiosidade, para o entender o que se vê e aí, o entusiasmo pode acontecer no agir, no efetuar o refletir antes do julgar.

A estabilidade, na atitude e no avanço, envolve indagações sustentabilidade e cooperativismo. A tolerância quando olhada como virtude, perpassa exatamente o mínimo entre a medida para o exato e o correto. A concepção, no pensar contrário de algo ou alguém, alude diferenças e divisões sobre partilha e a exploração do forte sobre o fraco, sobre o conceito de

⁵³ CATÃO, Francisco. *Em busca do sentido da vida: a temática da educação religiosa escolar*. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 51.

⁵⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 22.

⁵⁵ WALZER, 1999, p. 10.

dominante e dominado, sobre preconceitos, corrupção, permissividade, ameaças, livre arbítrio e autoridade. Em todas essas afinidades citadas, o fator de organização das mesmas produz reações sobre o hostil ou o empático, nos interesses a serem possibilitados no ponto de interação comum. A influência do tolerar no intolerar depende da natureza da neutralidade permitida, das restrições, e do exercício dos participantes do contexto.

Porque a interferência de uma ideia sobre a outra resigna propensões, lógica, de reciprocidade e de relatividade. Os opostos na tolerância envolvem cruzamento de diplomacias, de negociações e de pertinência acerca do tema a ser tolerado, pois ameniza a probabilidade no acontecer de crueldades, de opressões, de torturas, de imposição e de repulsa ao ódio e ao espírito de vingança. De acordo com Walzer: “Se as pessoas estão incertas quanto ao lugar que ocupam em relação às outras, a tolerância é evidentemente a política mais racional.”⁵⁶

E em casos de intolerância que extrapole o aceitável, o limite e a articulação devem privilegiar a justiça, impedindo a imposição, elucidando condenações caluniosas e fraquezas que visem transtornos de domínio que precedem o mal-entendido ou conversas que alteram para brigas. A probabilidade e o estabelecimento de igualdade no entender asseguram e definem os espaços de perturbações, de medos, das desordens, da ameaça, quando nos alerta Walzer discorre:

De repente, uma das partes, parece perigosa aos olhos de todas as outras. A tolerância mútua depende de confiança, não tanto na boa vontade mútua quanto nos arranjos institucionais que protegem contra os efeitos da má vontade. ‘[...] Não posso viver de modo tolerante lado a lado com outro perigoso’.⁵⁷

A sinceridade, nessa parte, como condição para o tolerar, vai manter a dependência ou a continuidade do pacto da tranquilidade nos membros e na autonomia, então, formarão visões sobre seres semelhantes e com diferenças. É o acontecer da assimilação da ideia do comum. Aqui, a imposição pode ser resistência para o acontecer do tolerar e também vale primar por transformar a tática para a relação da prática do ouvir e do conseguir o diálogo, assim tomam sentido de comunidade, para fortalecer elos conquistados ou o bom senso como alternativa. Na expectativa da relação de tolerância sincera, a esperança pode levar à superação das diferenças e das frustrações.

O êxito da parceria reside, muitas vezes, na comunhão e na autotransformação, daí perseverar através da identidade das partes e das alternativas para soluções. A humilhação traz a suspeita, a relutância e impotência para o tolerar. A imitação, como já colocamos, muitas

⁵⁶ WALZER, 1999, p. 70.

⁵⁷ WALZER, 1999, p. 33.

vezes, interfere nesse processo de inovar e tolerar, pois reproduz sensações e sentimentos que incitam resistência, psicologismo e fronteiras que arrimam esforços para divisões, muitas vezes, entre maiorias ou minorias, com a dificuldade para aceitação e o entrosamento entre grupos ou indivíduos.

Então, no caso de humilhação, a sensibilidade proposita assimilação e envolvimento convenientes em atribuir direitos e designar sequência e ritmo à elegância, ao reconhecimento do desfrutar da amizade, do carinho e da admiração. A lealdade, no relacionamento, traz o duradouro e o cordial, nas convenções de relações e nas condições do entender e aceitar a realidade, no desencadeamento do fluir de ideias, de empatias e de sentimentos, quando ao se misturar ou interagir gera consequências e o que pode se tornar exceção, torna-se necessário. A indiferença pode se tornar em algo desafiador, o exclusivo difere para incentivar versões, pois considera para o diálogo Walzer:

Por isso os objetos da tolerância, rigorosamente falando, são as escolhas e atitudes individuais: atos de adesão, participação em rituais de culto e associação, práticas de diferenças culturais e assim por diante. Individualmente, homens e mulheres são incentivados a tolerar uns aos outros como indivíduos, a entender a diferença em cada caso como uma versão personalizada (e não estereotípica) de cultura de grupo – isso também significa que os membros de cada grupo, se quiserem mostrar a virtude da tolerância, devem aceitar mutualmente as diferentes versões de cada um. Logo haverá muitas versões da cultura de cada grupo, e muitos graus diferentes de comprometimento em relação a cada versão. Assim a tolerância assume uma forma radicalmente descentralizada: cada um tem de tolerar todos os outros.⁵⁸

As semelhanças se integram em pretensões que perseveram ante dificuldades e especificações, quando característica da relatividade. Em questões provindas de fatos que necessitem da tolerância, a distinção dá probabilidades e contribui no condicionamento quando existência de estereótipos. O tolerar emerge personificações nos sinais que podem fomentar classes, dissoluções que subsidiam grupos ou organizações com conceitos do desigual e percepções separatistas e presunção de status. Para Walzer: “A tolerância é, pelo menos potencialmente, infinita em sua extensão [...]”.⁵⁹

Proporciona oportunidades no distinto e no explícito, quando pensamos ou falamos sobre processo, regime ou a prática do mínimo do que se pode fazer; e ela, a tolerância legítima distribui e permite e é eficaz para mediar conflitos e aborreceres e/ou conturbações da natureza dos direitos. Ela possibilita o pleno, quando a tensão enfatiza limites e tem como objeto as relações em favor do menos e ou da minoria. Ela interfere quando amplia horizontes entre

⁵⁸ WALZER, 1999, p. 43.

⁵⁹ WALZER, 1999, p. 47.

oposições. Pondera o mesmo autor Walzer: “Nas sociedades imigrantes, essas opções se ampliam. [...] Surgem agora versões personalizadas de vida grupal, muitas maneiras diferentes de ser isso ou aquilo, que os outros membros do grupo têm de tolerar pelo simples motivo de que são tolerados pela sociedade como um todo”.⁶⁰

O tolerar implica reflexão no agir, demanda obter apoio mútuo e bem-estar no contexto. Ela pode explicar reações sobre perdoar sem se constranger e sem criar embaraços. Ela é comprometida com definições sobre apoio e reciprocidade, dissipa o hostil, expressa clareza para o imperar apesar do ponderar da emancipação. A negação à palavra tolerância estabelece caráter e consiste no êxito e na objetividade de anseios. Ela desafia quando tudo parece acabado. No terror da atualidade, tolerar situa caminhos, pois prima sensatez, precede o reconhecimento diante do constrangedor e do adverso. Também, interage reputação com a coragem de se redimir, quando necessário conceitua juízos ou pensamentos considerados certos ou errados. Ela obstrui a opressão em condição de sobrepor o fraco sobre o forte, colocando chance para o ver, o pensar, o agir e o julgar no reconhecer e no tratar sobre o igual e o comum.

Ela traz em seu significado o projeto do sustentável, do duradouro, dá mobilidade ao extremo, implica probabilidade, vigor à equivalência no tratar de diferenças, porque viabiliza o certo diante do incerto, elabora a intenção ao modelo por reivindicar resultado, conciliação e respeito mútuo. Walzer fundamentado em Stephen L. Carter afirma “Ouve-se muitas vezes dizer que a tolerância é sempre uma relação de desigualdade em que os grupos ou indivíduos tolerados ocupam uma posição inferior. Tolerar alguém é um ato de poder; ser tolerado é uma aceitação da própria fraqueza”.⁶¹

Quando se pratica a linguagem da tolerância dissipa-se distúrbios, coações e perseguições, pois o tolerar probabiliza as afinidades no compartilhar, incorpora transições no momento das lembranças de ressentimento, e aí surge a parceria. É interessante ressaltar que numa escala de subordinação entre relações de tolerância se acontecer a intolerância, pode advir a discriminação, o preconceito, o racismo. Esse contexto perpassa a privação de direitos e como consequência, a hostilidade intensifica as piores distorções, como a deteriorização das relações, acarretando o inóspito e tira legitimidade da minoria. Se a intolerância assume um teor extremo, avassala com os sinais da violência e acentua a pobreza, a miséria, as injustiças, a guerra e, muitas vezes, assassinatos e genocídios. Walzer aponta para o papel importante da escola:

As democracias necessitam de críticos que tenham a virtude da tolerância, o que provavelmente, significa críticos com lealdades próprias e alguma noção do valor da

⁶⁰ WALZER, 1999, p. 48-49.

⁶¹ CARTER, Stephen L., 1993 *apud* WALZER, 1999, p. 69.

vida associativa. As escolas podem ajudar a atender a essa última necessidade, reconhecendo a pluralidade de culturas e ensinando algo sobre os diferentes grupos [...].⁶²

Portanto, as escolas podem ser um importante espaço de reflexão, diálogo sobre a tolerância e intolerância, avançando para a construção do respeito e da cidadania. É necessário ir além da tolerância e superar a intolerância, visando a construção de uma sociedade democrática.

2.3 Superações da intolerância religiosa e cultural como tema transversal

O ponto que liga o começo da intolerância e a tolerância que está nos estigmas e sinais que o sujeito ou grupo apresentam num determinado contexto. Então, pobreza, fome, falta de educação, corrupção, crimes, prostituição, exclusão, conflitos étnicos e raciais, abuso infantil que caracterizam sinais de que é preciso promover mudanças, conceber o equilíbrio e desenvolver virtudes.

O objeto da tolerância permeia a complacência de valores, pois ela tem limites como: o inaceitável precisa da ação do interferir, porque tolerar não é concordar, mas sim, considerar razões e justificativas, diante da verdade, das diferenças e sobreviver sem restrições e sem contradições. Portanto, é preciso que o objeto de ressocializar direcione as rivalidades para um aprender constante e para a superação de desafios. Já, a função da tolerância é sustentar o desemaranhar de desentendimentos provindos do desconhecer ou do presumir pensares e dizeres surgidos de alusões. É preciso reforçar a reciprocidade, ajustar experiências, sustentar a estabilidade para que o assimilar e o interagir revelem probabilidades nas convicções que, possivelmente, rodeiem o fracasso, contentos de erros, descrenças, contradições que atrapalhem a convivência.

Uma vasta gama de sentimentos pode elaborar o imaginar ou o pensar sobre princípios que dão identidade à intolerância e imbricam em realidades negativas. Assim, o parecer da verdade depende do entendimento do conhecer e do padrão do tolerar as diferenças. O conviver, na relação conflituosa, formata o acontecer das experiências, assim, o resultado e a prática podem alternar a linguagem dos participantes e do coexistir no comum, e no transformar do ato de intolerar em tolerância. Contudo, para o sanar das dúvidas ou pendências, somente com o envolvimento, haverá êxito de pretensões e de condições para o sucesso de uma teoria da

⁶² WALZER, 1999, p. 143.

tolerância. A falta de respeito e o não reconhecer o direito do outro pode resultar em brutalidades, sofrimentos, rejeições, compatibilidades e/ou concepções. A tolerância, quando tratada como teoria, propõe potenciais, aprendizagens, diálogos, companheirismo: abre possibilidades para o democrático, dá competência a ideia do que é conjunto e do que é humano.

Falando sobre limite e êxito da tolerância, o aceitar e o entender imbricam discussões e assimilações acerca do desenvolvimento de sentimentos e virtudes sobre o que se vê, o que se sente, o que se julga; para que o querer, o desejar e o intuir representem esforços contra o impedir-se diante da condenação injusta, de molestações desnecessárias e de qualquer aparelho que inspire o oprimir. O método ver, julgar e agir⁶³ auxilia na ação, no como agir em relação à intolerância. O ver concebe a descrição e o pensar/julgar viabiliza medidas para a superação da tolerância. O julgar ajuda a perceber as atitudes de falta de tolerância. O agir detém o espaço que pode facilitar a tranquilidade e a fraqueza. É o momento em que o resistir pode incluir significações, avanços e alternativas crescentes para a fronteira da soberania do que é relativo ao correto e ao justo.

O agir mobiliza engajamentos e acertos sobre em que acreditar, já o concreto, na superação de tensões, no misturar de culturas e no modificar do resultado, na ambiguidade de forma positiva. No agir, a problematização funciona para que o confuso se torne nítido e se incline, sem conturbação, para o pacífico e o maleável. A perturbação pode fragmentar, o inquietar pode prover a curiosidade e, então, respaldar a descoberta de alianças. O menosprezar, o desprezo e o melodrama podem prover interesses para o entusiasmo, para o bem querer e para o altruísmo.

A tolerância reitera a alteridade e a solidariedade, na absorção da bondade, para reiteração de conviveres. A intolerância produz a linguagem do egoísmo, a mentalidade do que é o medíocre, caracteriza a ambivalência e o descrente. Já na tolerância, a partilha faz surgir descobertas para o diverso não segregar. No tolerar, a prudência desarticula preconceitos e subordinações, que por sua vez pluralizam conquistas onde o tolerar apropria e condensa. Nesse contexto, trabalhar a linguagem, no ato intolerante, possui inúmeras e expressivas interpretações, que Ivan A. Manoel e Solange Ramos de Andrade descrevem:

Um aspecto particularmente saliente desse idioma é o fato de não se ater a representações verbais, pelo contrário, recorrendo a um amplo leque de performances, mimeses e sinestésias. Desta forma pode mobilizar e descrever com muita precisão e

⁶³ BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como fazer teologia da libertação*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 62-63.

sutileza aspectos da realidade histórica e subjetiva daqueles a quem bem soa, bem como daqueles a quem ele mal soa.⁶⁴

Trabalhar a timidez é um excelente meio de induzir a fleuma da participação, porque dá voz ao silêncio e provoca o aparecimento do que intimida ou do que incomoda, e torna o impreciso numa manifestação para o diálogo e para a harmonia. Em muitos casos, o discurso do ódio, pode desvencilhar-se e a divisão pode levar a angústia perigosa a ruir numa amizade sincera ou um falar significativo, e até puir um gesto de agir simples, porém sincero.

Na tolerância, o fazer, a ação leva à união, faz ensaios que importam sobre o pensar e o querer. Ela é um modo de promover a estabilidade entre o alcançar o acerto e o resultado do entender, do pensar que ou do imaginar, ou mesmo do que se sugestiona.

Exige-se a afirmação da gentileza no trato da intolerância, pois a vulnerabilidade da confusão compõe característica de incitação negativa. No caso do inesperado, a consequência de estar calmo, conscientiza o exaltado e reflete reciprocidade, quebrando barreiras para o espontâneo, acirra ânimos e deixa sucumbir o individualismo, frustrando os distúrbios da opressão, do desastre da fraqueza na busca pela felicidade, pelo bem-estar, do carinho, do amor, da amizade e do bem-viver. Quando se fala do bem-viver, considera-se que a pobreza e a miséria são resultantes da desigualdade social, de um sistema social, que gera intolerância, racismo, desemprego, corrupção, alienação, abandono.

O autoritarismo, muitas vezes, provindos de sentimentos pouco altruístas, restringe convicções e edifica a denominação dos dominantes e dos dominados, que comprometem o estabilizar das relações, sustentam a desordem e o endurecer de desordens que contribuem para o surgimento de violências e para o insuflar da intolerância. Pois, a imposição de ideias, se um verdadeiro diálogo, revela discórdias, coíbe a neutralidade e contribui para o sobreviver da ignorância.

Ainda, sobre intolerância ante a um tolerante, podemos escrever que o ato de tolerar permite ao intolerante se dirimir diante do interpelar exaltado ou destemperado ou de um pré-julgamento. É um ato aparentemente simples que exige paciência e determinação. Pode-se, com plena convicção, dizer que a discórdia acirra grandes disputas e gera uma série de inquietudes, de brigas, de contradições e de tudo que é característico do humano e, de certa forma, Manoel e Andrade afirmam:

O significado e explicações para a intolerância devem buscar-se do lado do humano... Manifestações de intolerância são confissões de impotência perante o cunho

⁶⁴ MANOEL, Ivan A.; ANDRADE, Solange Ramos de. (Orgs.). *Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas*. Franca: UNESP, FDHSS. 2010. p. 163.

evanescente e diáfano das epifanias e são tentativas frustradas de as fixar numa determinada forma de representação, desabilitada do divino, já esvaziada de presença.⁶⁵

Num olhar de tolerância, a prepotência e a intransigência condizem com momentos discriminatórios e preconceituosos no fenômeno intolerância. As trocas de experiências tornam várias formas do entender e do conhecer o outro, atitudes que previnem a negligência. A prática e a observação de pequenos atos de bondade podem garantir desfecho favorável ao juízo na inter-relação de contexto. O contexto conflitante influencia no oprimir e no subordinar e no produzir de alienações ou obediência opressora. O intolerante, às vezes, se torna impiedoso e egoísta, expressivo na apologia ao ódio e de um despreendimento a qualquer emoção, sentimento ou virtude. E, dependendo da reação do tolerante, o reconhecimento e a mediação operam violência. Neste sentido, Freire reitera:

O respeito à autonomia, à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência. [...] Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. [...]⁶⁶

Qualquer tipo de discriminação é um atentado contra o respeito a autonomia do ser. A escola é espaço de encontro da diferença. Na interação deste espaço com a mediação de professores/ras, o diálogo se coloca como um desafio ético.

Um dos grandes desafios para a convivência social é encontrar maneiras de diálogo com o diferente. Por muito tempo se procurou encontrar o que os grupos têm de comum. No entanto, descobriu-se que além de ter algo em comum, se faz necessário que a convivência se dê também pela diferença. É necessário aceitar o diferente, aprender sobre o convívio e o respeito. Portanto, mais do que procurar o que há em comum, deve-se incentivar a conhecer o outro e entender que é possível conviver no mesmo espaço com o diferente, com o outro.⁶⁷

Quando a união produz trocas e as atitudes no ver, no julgar e no agir proporcionam situações que legitimam resistências ou reações adversas a uma determinada situação. Então, o discurso e a significância ainda importam no tolerar e na representatividade para a liberdade da consciência, no pensar para o bem comum e na lógica. Por tudo isso, o desejável para a satisfação mútua e para ajustamentos, num determinado conflito ou mal-entendido, deve

⁶⁵ MANOEL; ANDRADE, 2010. p. 159.

⁶⁶ FREIRE, 1998, p. 67.

⁶⁷ SILVA; RIBEIRO, 2007, p. 13

favorecer à opinião e ao julgamento acerca de decisões sobre o subordinar, e o que diz ao respeito humano, Corona coloca:

A subordinação do homem ao grupo, ou melhor, a maioria, é um problema que vem preocupando sociólogos e psicossociólogos. Tal dependência ou autocapitulação se se observarem os fatos históricos, tem gerado situações favoráveis ao surgimento de líderes carismáticos e paranóicos; tem proporcionado clima propício à perpetuação de situações constrangedoras para certos indivíduos ou grupos independentes, enfim, tem, com alguma frequência, conduzido povos à autodestruição.⁶⁸

Finalizando, a construção do autoconhecimento traduz uma evolução determinante do autoconhecer-se e enfoca o crescimento para relações estáveis ou duradouras. O autocontrolar constrói resoluções de fundamental relevância para o conviver e para a os elementos que constituem o processo da (in) intolerância. O tolerar é definido pelo estilo da realidade, da aceitação de opiniões, do papel que cada um desempenha no diálogo, da ideia que um faz do outro, do grau de importância, bem como, a expectativa do respeito e da empatia para seu sucesso. Enfim, examinar a tolerância e o relacionamento consigo, com o próximo e com o grupo, erradica o preconceito, o fracasso, as humilhações, o desprestígio. A dignidade e a conduta honesta oferecem possibilidades de prestígio na superação da formação de estereótipos, de discriminações, do autoritarismo, de distorções, de hipóteses caluniosas ou falsas e de análises antecipadas de ideias deformadoras, que são resquícios de vexame e de concordância com interações da corrupção, que corrobora com a incapacidade de decisões produtivas. As suposições que justificam discrepância perniciosas, causam desgravo, dissabores e embaraços, pois o difamar desorienta a consciência, o bom costume, os valores e as atitudes que propositam experiências para metas significativas e altruístas. A escola pública é um espaço da diversidade.

2.4 O aspecto legal da escola pública: educar na diversidade

Educar, na escola atual, é ter a coragem de desafiar as práticas de ensino excludentes, num caminhar inclusivo e diverso. E, o ensino religioso vem em aspectos, ao longo de sua história, enquanto disciplina, formando o conceito de homem e se preocupando com a formação cidadã de um homem transcendente.

Já, no governo republicano, surge uma concepção de uma profunda reforma no ensino escolar, que envolveu e alterou o currículo, como também, reestruturou os conteúdos, cujos

⁶⁸ CORONA, Lúcia Cerne Guimarães; NAGEL, Lígia Helena. *Preconceitos e estereótipos em professores e alunos*. Petrópolis: Vozes; 1978. p. 37-38.

princípios identificaram um histórico no processo de escolarização do ensino religioso no Brasil.

Ele apresentou, na Constituição Brasileira de maneira sistemática, os primeiros passos do ensino religioso laico e a compreensão, no princípio da liberdade religiosa com neutralidade expressiva do ensino leigo, em que o estado assumiu um ensinar sem elementos oriundos das crenças religiosas.

Houve uma hierarquia eclesiástica católica que condenou a perspectiva do ensino laico, contudo, o estado não suprimiu a expansão e o fortalecimento das instituições eclesiásticas. O artigo 72 da constituição, da época, ditava o seguinte:

§5 Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum;

§6 Seria leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos;

§7 Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União, ou dos Estados.⁶⁹

Nesse ínterim, o ensino religioso no sistema da república, em 1889, realizou em seus primórdios a reforma conhecida como Rivadávia Corrêa (1911), que regulamentou os critérios práticos às disciplinas, ampliando o princípio da liberdade espiritual.

Apenas o governo mineiro prestigiou e introduziu o ensino religioso oficialmente, promulgando a lei 1092/28, por reconhecer a influência do clero como reconhecimento inestimável de atuação, na solução de conflitos e intolerância. Com a revolução de 1930 e o manifesto de 1932, os embates políticos responsabilizaram e expandiram a educação religiosa para todos os estados do Brasil, através da Constituição de 1934 e do Plano Nacional da Educação.

Entre 1910 a 1930, a Igreja Católica tenta reaproximar do estado, e inicia organizações partidárias: a LEC (Liga Eleitoral Católica) na tentativa de que seus fiéis elejam seus candidatos para o processo constitucional de 1934 a 1946. E, então, formula o ensino religioso como ensino fundamental, empreendendo a compreensão do homem sobre o mundo e Deus. Discutia-se sobre o Ensino Religioso, no educar como um todo, e se referenda a laicidade do Estado.

Em 1930, pensadores e políticos enaltecem e textualizam o Ensino Religioso, e o incorporam à Constituição de 1934, e este se torna facultativo para o aluno e obrigatório para a escola. Mas, a partir de 1937, fica facultativo, também, para o estado. E, ainda, no artigo 168 coloca:

⁶⁹ BONAVIDES, Paula; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996. p. 193.

A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: V_ O E.R. constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.⁷⁰

Nessa época, o Brasil imenso, com maioria de devotos e fiéis católicos, fica, então, aos olhos do presidente Getúlio Vargas a vantagem. Ele respalda as modificações, que, como educação integral, propositava preparar o humano para um viver na terra e no céu. Além disso, a escola nova experienciava o diálogo, na sala de aula, também a reconstrução da liberdade democrática e liberal. O aprendizado na criança deveria ser para a formação moral, cidadã, e os jovens deveriam ser preparados para o trabalho e para a competição.

A Era Vargas, de 1930 a 1945, fortalecida pela igreja, ajudava a mantê-la, influenciando, politicamente, através de organizações filantrópicas e paraeclesiásticas e várias subvenções estatais. Foi um tempo sobre estado laico e religião, sobre o prosperar de novas classes trabalhadores e comunidades de fé; sobre possibilidades, atualidade e direitos.

Entende-se que foi um apanhado histórico que reconstruiu e experimentou a liberdade, o diálogo e promoveu relações de ação educativa. Essa época, a religião se preocupou com a juventude, firmada pela Portaria Ministerial nº 97 de 22 de abril de 1942, no Rio de Janeiro, através do Ministério da Educação. O Ensino, no mesmo ano, regulamentou “ensino da religião será ministrado pelos estabelecimentos de ensino secundário que o adotarem em uma ou duas aulas semanais, que serão incluídas pelos horários entre os trabalhos escolares normais”.⁷¹

Em 1931, o ministro da educação Francisco Campos argumenta e caracteriza o Ensino Religioso e o introduz, pedagogicamente, nas escolas brasileiras, para que a Igreja apoiasse o novo governo e a problemática da Revolução de 30, reforçando o Ensino Religioso como disciplina e dando-lhe autoridade, evidenciando a preocupação com a formação moral do cidadão.

Em 1940, o rápido desenvolvimento urbano e movimentos migratórios do campo e intra-regiões evidenciaram a cultura religiosa, a partir de disso, acontece um progresso de possibilidades tecnológicas e o entranhamento das culturas regionais. Surge então, as primeiras evidências da linguagem da intolerância e o alargamento do pluralismo religioso. As ideias destas leis, infelizmente, perduram até os dias atuais. Segundo Junqueira, Corrêa e Holanda:

⁷⁰ BONAVIDES; AMARAL, 1996, p. 193.

⁷¹ JUNQUEIRA, Sergio R.A.; CORRÊA, Rosa L. T.; HOLANDA, Ângela M. R. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 25

A problemática do Ensino Religioso, comprovada por meio das constituições da ‘Segunda República’ (1946), do ‘Regime Militar’ (1967) e da ‘Constituição Cidadã’ (1988) explicitam a separação entre estado e igrejas, mas validam a possibilidade de liberdade religiosa, mesmo que concretamente sofram restrições. Nesse sentido temos respectivamente: Art. 31: A União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos municípios é vedado: II- estabelecer ou subvencionar cultos religiosos ou embarçar-lhes o exercício. Art. 141 §7 – É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil. §8- Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei dos brasileiros em geral, ou recusar que ela estabelecer em substituição daqueles deveres a fim de atender escusa de consciência. [...] Art. 19 – É vedado à União, ao Distrito Federal e aos municípios : I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embarçar-lhes o exercício ou manter com ele ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, e na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar [...] Art. 153- §5 É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos que não contrariem a ordem pública e os bons costumes. §6 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer de seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa da consciência. § 7 Sem caráter de obrigatoriedade, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa as forças armadas e auxiliares, e, nos estabelecimentos de internação coletiva, aos interessados que a solicitarem, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais. [...] Art. 5 – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e a propriedade nos termos seguintes: VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias; VII- é assegurada, nos termos da lei; a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.⁷²

Nessas três constituições, que ao longo da história vem se construindo a questão religiosa, numa perspectiva reflexiva para o plural e para a inclusão social. Todas essas leis colaboram para o edificar da identidade da formação do Ensino Religioso. O Ensino Religioso, na lei de diretrizes e bases da educação nacional, construiu e identificou bases para um tolerar dentro de uma escolarização sistemática, com concepções voltadas para a formação do homem e dos valores.

Em 1996, a palavra tolerância é colocada na LDBEN nº 9394/96, de 20 de dezembro, como favorecedora do pluralismo, da diversidade, como comprometedora de princípios de solidariedade, no espaço da inserção ao respeito às diferenças. O artigo 3 diz: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV- respeito a liberdade e apreço à tolerância”.⁷³

⁷² JUNQUEIRA; CORRÊA; HOLANDA, 2007, p. 26-29.

⁷³ JUNQUEIRA, CORRÊA, HOLANDA, 2007, p. 36.

As leis sobre Ensino Religioso forneceram e permitiram o pioneirismo, emergindo como um conjunto de empreendedorismo das relações. Então, nesse prisma, a tolerância se manteve no limite, e foi essencial em ações efetivas, onde o Ensino Religioso foi decisivo nas convenções, pois, o Ensino Religioso revelou parâmetros que eventualizaram preconceitos, inequívocos.

A escola, que tem em seu currículo e na grade escolar o Ensino Religioso, facilita o reconhecimento do comum e do coletivo, amadurece e demoli conflitos, espalda a confiança através do diálogo. E, através da reflexão, a tolerância possibilita a esperança, e dilui a indiferença, a impessoalidade e a subjeção que inferioriza relações frutíferas. Nessa escola plural, o discernimento, a partilha, a compreensão suscita sentimentos, sensibilidade e solidariedade.

As leis que respaldam o Ensino Religioso na escola pública o torna plural e inspira o desejo para desafiar concepções sobre o senso moral e ético, estrutura a conveniência e colabora para desnudar as roupagens da indiferença e de todo o tipo de massacre e de violência. Ajuda a pensar como a miséria banaliza a corrupção e a desonestidade.

Na Carta Magna, Constituição cidadã, de 1988, vigente até a data atual e insere o Ensino Religioso, na seguinte compreensão:

Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O E. R., de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental.⁷⁴

O Ensino Religioso desafiante estimula e propõe respostas, mostrando-se como disciplina necessária na construção do homem e do meio em que ele vive. Essa disciplina é contemplada na Constituição de 5 de outubro de 1988, que é democrática e impulsiona o fortalecimento de laços e ideias, com características provedoras do bem comum, como da tolerância e da extensão, para os direitos sociais do entendimento.

A constituição cidadã de 1988 em seu artigo 210, parágrafo 1º da Constituição Federal, portanto, prevê o ensino religioso, de matrícula facultativa, como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, no entanto, ao ser sancionada, legislou, através do artigo 33, um ensino religioso confessional e/ou interconfessional sem ônus para o Estado.

⁷⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, 2016. p. 123. Disponível em: <<https://goo.gl/EWnFgw>>. Acesso em: 20 jan. 2018

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.⁷⁵

A promulgação desta lei despertou no país inteiro novas mobilizações e diálogos sobre a disciplina do Ensino Religioso. Este processo de discussões e mobilizações resultou na alteração da redação do artigo 33; oficializada pela promulgação da Lei nº 9475/97, ficando assim regulamentado o Ensino Religioso.

Art. 33 – O Ensino Religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores.

2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.⁷⁶

Holanda afirma o Ensino Religioso como uma disciplina importante na formação humana:

[...] O Ensino Religioso é parte integrante da formação do ser humano, como pessoa e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não somente pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular da educação básica pública, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso à compreensão do fenômeno religioso e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas.

[...] Art. 205 da Carta Magna (1988):

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁷⁷

⁷⁵ BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

⁷⁶ BRASIL. *Lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

⁷⁷ HOLANDA, Ângela. M. R. *Ensino Religioso: Aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas. 2007. p. 37.

A lei nada fala ou determina sobre o ensino na rede privada, mas pondera entre escola de caráter confessional, quando dá liberdade de credenciamento às entidades ou igrejas de prepararem seus professores de acordo com a crença dos alunos/as ou responsáveis e de caráter interconfessional, quando propõe que mais de uma entidade religiosa escolha seus profissionais e elabore o desenvolvimento de seus conteúdos programáticos. A mesma lei nada faculta aos/às alunos/as que não optarem pelo ensino religioso e nem se preocupa com atividades que assegurem conhecimentos sobre valores éticos e sentimentos como o de justiça, de amor e de respeito. Também, dá ao aluno liberdade de crença. De acordo com os autores Junqueira, Corrêa e Holanda:

A inserção do Ensino Religioso no contexto global da educação, na perspectiva dos educadores favoráveis a essa inserção, visava tornar as relações do saber mais solidárias e participativas, ajudando a descobrir instrumentos eficazes para a compreensão e a ação transformadora da realidade social, através dos valores fundamentais da vida. Ao mesmo tempo, tinha por objetivo contribuir com o caráter democrático que a sociedade brasileira começava a incorporar, na medida em que suas diferenças e pluralidades culturais pudessem ser manifestadas e legitimadas em espaços de relações com o conhecimento, como é a escola.

Art. 33. § 3º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais, das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: [...].⁷⁸

O Ensino Religioso continua sendo um lugar de disputa, mas sem dúvida, a sua incorporação no Base Nacional Comum Curricular pode ser um espaço importante para o diálogo, projetos interdisciplinares que dialoguem sobre as intolerâncias presentes no contexto da escola e na comunidade. Claudio de Oliveira Ribeiro, também, faz considerações acerca do tema, quando afirma: “[...] a busca da justiça e do bem comum. A aproximação e o diálogo entre grupos de distintas expressões religiosas cooperam para que elas possam construir ou reconstruir suas identidades e princípios fundantes”.⁷⁹

A dimensão do plural pressupõe experiências, práticas e a participação em busca de respostas para existências, na forma de ver o mundo e de compreender a igualdade. A escola plural soma sensibilidade, afetividade, alteridade e criatividade. Também, aprofunda vivências, quando une cultura e religião com relações de possibilidades para a transformação das realidades de injustiças e intolerância. Ela mantém um diálogo inter-religioso, potencializando o processo democrático, promovendo iniciativas para a diversidade das vivências religiosas, que se inter-relacionam e, também para expressões e para valores.

⁷⁸ JUNQUEIRA., CORRÊA, HOLANDA, 2007, p. 34.

⁷⁹ RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas. 2014. p. 16.

A escola com uma proposta ecumênica e de diálogo inter-religioso amplia dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. Ela é desafiadora quando aprofunda e amadurece pelo diálogo, pela confrontação justa, amável e corresponsável. Na visão pluralista, os elementos-chave da vivência religiosa e humana, em geral, são alteridade, respeito à diferença e ao diálogo e à cooperação prática da ética em torno da mesma.



3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES/RAS PARA A TOLERÂNCIA E A DIVERSIDADE

O presente capítulo trata da formação de professores/as para a tolerância e a diversidade e tem como referência a legislação educacional vigente, em atendimento ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Também, enfoca as ações do governo do Estado do Espírito Santo voltadas para esse tema. A proposta é apresentar as normas que definem que os sistemas de ensino devem oferecer formação continuada com toda sua complexidade, tendo como objetivo principal preparar os profissionais da educação para o exercício do seu trabalho, face à diversidade cultural e religiosa, de forma tolerante. Por fim, assinala para a necessidade de uma formação que considere e respeite às diferentes expressões simbólicas, culturais e religiosas presentes na escola, considerando-as como parte da vida e da educação.

3.1 Formação de professores/ras no Estado do Espírito Santo

Tendo em vista as constantes mudanças em nossa sociedade, como também o reflexo do avanço tecnológico de forma tão expressiva, é imprescindível considerar a velocidade com que as informações se processam. Cabe destacar que todas essas mudanças demandam profissionais bem preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, principalmente, em se tratando da esfera educacional. Assim, a formação continuada dos profissionais de educação, além de ser uma necessidade, tornou-se uma exigência para o exercício da docência.

No entanto, contemplando esse contexto de exigência, evidencia-se que a formação continuada precisa ser estudada em uma perspectiva diferente, sem vínculos com o mercado de certificação, em que o trabalho docente tem uma especificidade própria, que pressupõe investimentos, a curto e a longo prazos, na carreira do magistério e no desenvolvimento profissional. Por essa razão, Antônio Nóvoa afirma:

[...] a formação continuada não se constrói por acumulação (de cursos, conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de re(reconstrução) permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir na pessoa* e dar um estatuto *ao saber da experiência*.⁸⁰

Percebe-se que a formação continuada está muito além da oferta assistemática de cursos, e é necessário que esses estejam articulados com políticas mais amplas que possam dar

⁸⁰ NÓVOA, Antônio. (Coord.). *Os professores e sua formação*. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote. 1995. p. 25.

sistematicidade organizacional ao conceber a educação no dia a dia das escolas. Essa para ser continuada deve fazer parte da proposta pedagógica, estabelecendo um determinado tempo e espaço para estudos e planejamentos das ações que serão desenvolvidas no coletivo escolar, também previstas na carga horária do professor.

É preciso articular a formação continuada ao projeto pedagógico da escola, esse é o ponto central da política de formação. Todos os segmentos da escola são incumbidos, de forma responsável, a pensar na resolução dos principais desafios que precisam enfrentar na tarefa educativa. Sendo assim, garante ao coletivo escolar refletir sobre a diversidade de problemas desafiantes que os/as professores/as enfrentam na tarefa docente do cotidiano, tais como: violência, indisciplina, uso de drogas, baixo rendimento, evasão, dentre outros problemas. Tudo isso pode ser enfrentado concomitantemente ao processo de formação, considerando que o ponto central não é a formação isolada de um professor competente, mas o desenvolvimento de habilidades e competências em situações específicas do exercício da profissão. É necessário, nessa perspectiva, valorizar o espaço formativo dentro das escolas por meio de trabalho de reflexividade crítica do corpo docente da unidade escolar. Selma Garrido Pimenta ressalta que:

A formação de professores, na tendência reflexiva se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras formação como contínua dos professores, no local de trabalho, em redes de autoformação, e em parceria com outras instituições de formação. Isso porque trabalhar o conhecimento na dinâmica da sociedade multimídia, da globalização, da multiculturalidade das transformações nos mercados produtivos, na formação dos alunos, crianças e jovens, também eles em constante processo de transformação cultural, de valores, de interesse e necessidades, requerem permanente formação, entendida como ressignificação identitárias dos professores.⁸¹

Dessa forma, salienta-se a necessidade de se conceber a escola como espaço e tempo de formação contínua, sendo vinculada aos contextos sociais mais amplos, em parceria com as instituições formadoras. Tal perspectiva redesenha o modelo de uma formação permanente que possa atender todas as demandas efetivas dos/as professores/as, por meio de uma tendência reflexiva que configure na valorização do desenvolvimento humano dos mesmos, tanto pessoal quanto profissional. E, conseqüentemente, valorizar as instituições escolares e parcerias, que são propiciadoras dessa formação. Ainda, nesse contexto, os/as professores/as devem trabalhar com o conhecimento de forma dinâmica e reflexiva, com vistas à aprendizagem dos/as alunos/as

⁸¹ PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 31.

e com o objetivo de consolidar mudanças significativas na sua formação como também na sua identidade profissional.

O texto Constitucional afirma, na seção II - Dos Servidores Públicos (EC no 18/98) artigo 39, § 2º. que a “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”.⁸²

Dessa forma, nota-se que a formação continuada de professores/as é um dever do estado com vistas a garantir a qualidade na educação nacional, sendo esta uma dimensão estratégica na política educacional, pois articula uma diversidade de ações que possibilitam uma ação inter-gerencial, concentrando o foco em pontos comuns, e tem como objetivo prioritário a melhoria na qualidade da educação. Essas ações visam a um trabalho em parceria com várias instituições (universidades, faculdades, Organizações não-governamentais, etc.) e procuram implementar o que é previsto na LDB, no que diz respeito à formação de professores/as.

A LDB – Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para formação dos docentes para atuar na educação básica, coloca como responsabilidade da União, do Distrito federal, dos Estados e dos Municípios, em regime de colaboração, para promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério. Assim, essa lei determina no título VI – dos profissionais da educação.

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)⁸³

⁸² BRASIL, 2008, p. 40.

⁸³ BRASIL. *LDB*: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bUqcZL>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Fica estabelecido, então, por meio dessa lei, que o professor deve receber uma formação inicial, contemplando o curso superior, nas áreas de licenciatura, para atuação em todos os níveis de escolaridade. Mas, que também considere a educação básica, em suas complexidades, como as políticas de inclusão, de juventude, as discussões étnico-raciais e socioambientais, culminando com as demandas da educação profissional, perpassando as tecnologias que estão a serviço da educação.

Nota-se também que a supracitada lei garante que deve ocorrer a formação continuada, entretanto, atualmente, essa é motivo de muita inquietação por parte dos docentes e estudiosos envolvidos nessa questão. Sem dúvida, há comprometimento das autoridades competentes das diferentes esferas públicas, sejam elas federal, estaduais ou municipais, mas ainda, infelizmente, os recursos usados não têm contemplado, de forma satisfatória, os anseios de todos os docentes. Esses, apesar dos vários problemas e desafios encontrados nessa busca, ainda acreditam na educação como a chave para as grandes transformações na sociedade.

Não é sem razão que José Carlos Libâneo considera que a formação profissional, de modo intrínseco e complementar à primeira vista, “[...] consiste de todas as formas pelas quais o profissional adquire maior competência pessoal, teórica, técnica e social”.⁸⁴ Assim, a pessoa, que é dotado dos conhecimentos técnicos necessários ao aperfeiçoamento de sua prática funcional, portanto, desenvolve-o com competência, criticidade e racionalidade. No entanto, conclui-se que o aprimoramento da formação desses profissionais não é a única e nem a definitiva solução para o déficit na relação ensino-aprendizagem, por isso, são necessárias ações em outros âmbitos, que vão muito além da formação e da prática diária de cada profissional.

Considerando que o que está sendo proposto, neste ponto do trabalho, é a formação de professores/as da educação da rede estadual de ensino no Espírito Santo. Sendo assim, passaremos a considerar as ações do governo do Estado com relação ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Formação de Professores/as da Educação Básica que, na verdade, integra um conjunto de políticas públicas do governo federal, em parceria com estados, com municípios e com instituições de ensino superior para proporcionar ao magistério transformações que possam, de fato, assegurar a todos o acesso à educação de forma plena, objetivando a transformação social. Para tanto, o Governo, por meio da Secretaria de Estado da Educação,

⁸⁴ LIBÂNEO, José Carlos, 1998 *apud* GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDU). *Diretrizes para a Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Espírito Santo*. 2014. Secretária de Estado do Espírito Santo, 2014. p. 4. Disponível em: <<https://goo.gl/diTEuU>>. Acesso em: 23 set. 2017.

visando à formação dos profissionais da rede, criou o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE), através da Lei N° 10.149, de 17 de dezembro de 2013, vinculada ao Gabinete do Secretário e se posiciona como unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Educação (SEDU).

O CEFOPE tem por objetivo a implementação sistemática da Política Estadual de Formação Continuada, destinada aos profissionais da educação da rede pública estadual de ensino e é de sua competência, conforme o artigo abaixo citado:

Art. 2º O objetivo central da CEFOPE é implementar, de forma sistemática, a Política de Formação Continuada dos Profissionais da rede pública estadual de ensino e suas atribuições são:

I – planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar as ações de formação continuada dos profissionais da educação pública estadual, visando ao seu aperfeiçoamento e à sua valorização;

II – atuar em ações de cooperação técnica com o governo federal e com os governos municipais, visando a formação dos profissionais da educação;

III – viabilizar parcerias com instituições afins, com o objetivo de promover a articulação de ações e o intercâmbio técnico no seu campo de atuação;

IV – viabilizar parcerias com instituições de ensino superior para a oferta de cursos de pós-graduação, no âmbito da educação básica;

V – participar na elaboração de políticas de formação continuada, no âmbito da SEDU.⁸⁵

O presente documento representa o interesse da SEDU e define o documento “Diretrizes para a Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Espírito Santo”, estabelecendo as diretrizes norteadoras para a implementação da política de formação continuada dos professores/as da rede estadual de educação, tendo como objetivo nortear as ações estratégicas da Secretaria de Estado da Educação, por meio do CEFOPE e das Gerências, em articulação com as demais gerências da Secretaria de Estado da Educação.

Para tanto, o Governo do Estado do Espírito Santo por meio da Secretaria de Estado da Educação define as o documento “Diretrizes para a Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Espírito Santo”⁸⁶ que estabelece as diretrizes norteadoras para a implementação da política de formação continuada dos professores/as da rede estadual de educação e tem como objetivo nortear as ações estratégicas da Secretaria de Estado da Educação por meio do CEFOPE e das Gerências, em articulação com as demais gerências da Secretaria de Estado da Educação.

⁸⁵ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei Estadual N° 10.149. Criação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, Brasil: Diário Oficial do Espírito Santo, 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ZtaHhn>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁸⁶ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2014.

Art. 5º À Gerência de Estudos, Pesquisa, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério compete participar da formulação de estudos, pesquisas e definição de políticas de formação inicial e continuada; propor, planejar, desenvolver e avaliar estudos e ações, projetos e programas de formação continuada, nas modalidades presencial e a distância, em articulação com as subsecretarias e gerências da SEDU e com as escolas públicas estaduais; outras atividades.⁸⁷

Considerando a proposição do artigo acima, que sintetiza a proposta de formação da rede estadual de ensino do Espírito Santo, as Ações de capacitação, de aperfeiçoamento e de especialização serão elaboradas, anualmente, através do Plano de Ações e Metas do Centro de Formação de Profissionais da Educação - CEFOPE, a partir do resultado das avaliações institucionais, dos demais indicadores de desempenho disponíveis, das necessidades levantadas pelo corpo gerencial das unidades de ensino e pelas unidades administrativas da SEDU.

Dessa forma, segundo o documento que instituiu o CEFOPE, todos os profissionais da educação poderão se programar para participarem dessas ações oferecidas. O Calendário Anual de Formações deverá coincidir com o Calendário Escolar que, por sua vez, terá dias específicos reservados para as ações de formação continuada presenciais, envolvendo toda a escola. Essa ação deverá ser articulada com as redes municipais de ensino, visando ao compartilhamento das políticas de formação, bem como otimizar a participação dos servidores que atuam nas duas redes.

Considerando que o perfil que se deseja do profissional em regime de docência requer um abrangente conhecimento das grandes transformações sociais e, por consequência, da educação, dos sistemas de ensino e da escola, o que se deseja, na verdade, é um profissional que se comprometa com a dimensão pública da educação, que seja capaz de confrontar os desafios referentes à prática educativa em suas diferentes modalidades e diversidades, e que, também, seja capaz de trabalhar com as diferenças de modo tolerante. Além disso, precisa ser alguém que se aproprie do conhecimento pedagógico com o intuito de gerar e de expandir as novas tecnologias, modernizando o trabalho educativo no espaço escolar e em outros ambientes de aprendizagem. Um profissional investigador e produtor de conhecimentos sobre a natureza e os fins da educação, bem como acercados meios pertinentes de formação humanizada dos indivíduos.

Para construir um perfil desejado de docentes, em convênio com o Governo Federal, a SEDU tem desenvolvido outras formações através de: FEPAD (Fóruns Estaduais

⁸⁷ DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. Portaria nº 78R de 07 de abril de 2014. Diário Oficial do Espírito Santo. Disponível em: <<http://sedu.es.gov.br/cefope>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Permanentes de Apoio à Formação Docente); Plataforma Freire; CEFOR (Centro de Formação – IFES); NEAAD Núcleo de Educação À Distância – UFES).⁸⁸

Portanto, percebe-se que em atendimento à legislação em vigor e para atingir o objetivo do Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional, o governo de Estado do Espírito Santo tem buscado mecanismos para a oferta da formação continuada, objetivando melhorias do processo educativo no estado, bem como a valorização da identidade do docente, considerando-o como alguém que carece de conhecimentos e de habilidades específicos para o exercício de sua função. Com isso, por meio de ações formadoras, em parceria com outras instituições, o governo estadual tem se empenhado em atender às necessidades teóricas, tecnológicas e metodológicas dos profissionais da educação, englobando as complexidades que envolvem todo o processo de construção do conhecimento.

Mas, entendemos que é preciso ampliar essas ofertas, é óbvio que o caminho ainda é muito longo, com isso, urge buscar novas ações que, de fato, possam conceber novas perspectivas à educação para dar um salto desejável na qualidade do nosso ensino e, conseqüentemente, haver melhorias na formação dos/as professores/as. A seguir o olhar se voltará para o município de Castelo, no estado do Espírito Santo, sua história, geografia e educação, para então, se olhar de forma mais detalhada para a formação continuada dos/as professores/ras neste município.

3.2 Município de Castelo, estado Espírito Santo: um pouco da sua história e de seu contexto

O Município de Castelo localiza-se na mesorregião do sul do Estado do Espírito Santo⁸⁹, uma das quatro mesorregiões do espírito-santense (que compõe a união de 22 municípios agrupados em três microrregiões). Sua fundação e colonização foram realizadas por desbravadores portugueses, índios (das etnias Botocudos e Puris), escravos negros e trabalhadores italianos, como ocorre em quase todo território brasileiro e seu nome é devido à formação dos montes e vales que lembram os castelos medievais europeus. Seu índice de

⁸⁸ Disponível em: <<http://sedu.es.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁸⁹ Municípios que compõem a Mesorregião sul do Espírito Santo: Apiacá, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado, Vargem Alta. Disponível em: <<https://goo.gl/4A5eWP>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

desenvolvimento humano (IDH) é 0,762 (médio alto), estando na 16ª posição entre os 78 municípios do Estado do Espírito Santo.⁹⁰

Castelo é o terceiro município mais populoso do sul do Espírito Santo, perdendo o segundo lugar para o Município de Marataízes, com diferença de menos de 300 habitantes. De acordo com estimativas do IBGE, em 2016, a população do município era de 38.070 habitantes⁹¹, entretanto ocupa a segunda posição como de maior polo econômico do sul do Estado, possuindo comércio diversificado, indústrias de alimentação, confecções, tintas, limpeza industrial e extração e beneficiamento de minério e outros minerais; sendo grande produtor de pedras ornamentais. Na sede desse município, a cidade de Castelo, o maior, mais completo e complexo frigorífico do Espírito Santo. Também a indústria de tecnologia, nos últimos anos, vem crescendo e atraindo mão de obra de outros municípios.⁹²

Na agricultura, uma de suas principais bases econômicas está na produção cafeeira, destacando-se na cultura do café arábica, tanto em quantidade como em qualidade. É de Castelo a origem do café que representa o Brasil na *World of Coffee*, concurso internacional anualmente realizado em Viena, Áustria. A produção de feijão, hortaliças e frutas contribuem para geração de divisas para o município. Mais recentemente, produtores do município deram início ao cultivo de macadâmia, aliada à produção em conjunto com o café, que permite a antecipação de sua colheita.⁹³

Na área de turismo religioso, destaca-se com a festa de *Corpus Christi*, com as tradicionais ruas da cidade enfeitadas com imensos tapetes coloridos, feitos a partir da utilização de pedras, palhas de cereais, materiais reciclados (CDs/DVDs, tampinhas de garrafas, caixas de ovos e de fósforos), dentre outros materiais (a extensão dos tapetes totaliza, aproximadamente, 3,5 km). Essa festa, ligada à denominação católica, atrai público de todas as partes do Brasil.

O município ainda é propício à prática de esportes radicais como escalada, montanhismo, voo livre, entre outros, sendo dotado de vários pontos ideais para campeonatos de *paraglider*, tais como a Rampa Apeninos e do Ubá. Castelo já foi sede de importantes

⁹⁰ RANKING DECRESCENTE DO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁹¹ IBGE. Em 2010, segunda estatística do IBGE, Castelo era o 14º município mais populoso do estado do Espírito Santo com uma população de 34.747. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/castelo/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁹² IBGE. Censo Populacional 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁹³ IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

campeonatos de voo livre, tanto em nível nacional quanto em mundial. Em Fevereiro de 2013, Castelo foi sede da etapa brasileira do *World Wingsuit Race*.⁹⁴

Em termos de religião, o Censo de 2010, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelou que o município possui uma população de 34.747 pessoas, sendo que destas são: católicos romanos 30.171 pessoas, 3684 evangélicos e 169 espíritas.⁹⁵ As religiões de tradição afro-brasileiras e ou indígenas não parecem na estatística da cidade de Castelo.

No que diz respeito ao setor educacional, esse município vem se constituindo, para além das escolas de 1º e 2º Graus, como polo regional de ensino superior, possuindo uma faculdade e duas universidades na modalidade de educação a distância, as quais mantêm vários cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu*.

A educação no Município de Castelo teve início no ano de 1998⁹⁶ com o processo de Municipalização, acontecendo, a partir da Rede Estadual, a criação da Superintendência Regional de Educação – Polo Cachoeiro de Itapemirim ficando, então, sob a responsabilidade da Municipalidade, as escolas. Essa nova organização propiciou o aumento do número de alunos/as, passando a maioria das Escolas Unidocentes e Pluridocentes para a jurisdição da Prefeitura Municipal de Castelo. A Rede Municipal de Ensino conta com 25 escolas que atendem os segmentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, atendendo em torno de 5.688 alunos.

No ano de 2007, então, aconteceu, praticamente, a Municipalização de todo o Ensino Fundamental do município, absorvendo desse modo um público estudantil muito expressivo em relação à década de 90 e, de acordo com dados do Censo Escolar 2012, o Ensino Fundamental da rede municipal de Castelo conta com 4.194 mil (quatro mil, cento e noventa e quatro) alunos/alunas, localizados em nove escolas na zona urbana e 11 escolas na zona rural, sendo que destas há uma de atendimento em tempo integral na zona urbana, e três na zona rural. O município ainda possui uma escola estadual que atende a esse nível de ensino e uma particular, de acordo com informações Secretaria Municipal de Educação, referentes ao ano de 2013.

O município de Castelo detém, portanto, a maioria das matrículas no Ensino Fundamental e, muito embora, comparando-se aos índices nacional e estadual, detenha um

⁹⁴ CASAGRANDE, A. D., BARBIERO, M. H. M. Castelo da Pré História ao Início do Século XX. 1ª ed. Castelo: Gráfica Impresso, s.d.

⁹⁵ IBGE. Cidade de Castelo – ES Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/castelo/panorama>>. Acesso em: 22 out. 2017.

⁹⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO – ES. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Disponível em: <http://castelo.es.gov.br/imagens/noticias/arquivos/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em 22. out. 2017.

IDEB mais elevado, ainda necessita continuar em linha de progresso para que possa dar continuidade as metas propostas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como voltar a crescer no Ensino Fundamental final.⁹⁷ Os mapas do município de Castelo, colocados a seguir, buscam localizar geograficamente o município.

O município de Castelo, estado do Espírito Santo, bairros e adjacências



Mapa – Cidade de Castelo⁹⁸

⁹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Cidade de Castelo – estado do Espírito Santo. Disponível em: <<https://goo.gl/xp5ctN>>. Acesso em: 20 out. 2017.

⁹⁸ MAPA CIDADE DE CASTELO – ES. Disponível em: <<https://mapasapp.com/mapa/espírito-santo/castelo-es/>>. Acesso em: 20 out. 2017

A localização do município de Castelo no mapa do estado do Espírito Santo



Mapa - Espírito Santo⁹⁹

3.3 Formação continuada dos/as professores/as do município de Castelo - ES

Busca-se refletir sobre a formação continuada dos profissionais de educação no município de Castelo - ES em relação à questão da tolerância e do respeito à diversidade, a partir dos procedimentos e estratégias utilizados pela SEME (Secretaria Municipal de Educação), bem como a sua proposta de formação, principalmente, no que diz respeito ao papel de todas as pessoas envolvidas no processo.

Cabe ressaltar que o município de Castelo - ES, conforme a lei nº 3.435, de 19 de dezembro de 2013, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), aprovou seu primeiro Plano Municipal de Educação, com participação efetiva de diversos profissionais envolvidos com a educação no município, dentre eles: professores/ras, pais/mães de alunos/as, gestores de escolas municipais, estaduais e particulares, integrantes da sociedade civil organizada, poder legislativo e executivo municipal, conselho tutelar, sindicato dos servidores públicos municipal, entre outros. Assim diz a referida lei no artigo 9º, inciso I: “A União incumbir-se-á de: I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.¹⁰⁰ Com isso, posteriormente à aprovação do

⁹⁹ CONCURSO Prefeitura de Castelo ES 2012. Disponível em: <<https://www.jralfa.com.br/concurso-prefeitura-de-castelo-es-2012/>>. Acesso em 20 dez. 2017.

¹⁰⁰ LDB. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. p. 11-12. Disponível em: <<https://goo.gl/Dt4RRRT>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005 de 25, de junho de 2014, o município de Castelo - ES vem efetivar por meio desse documento a orientação do Plano Municipal de Educação aprovado, em consonância com a lei nacional. Esse terá a vigência de dez anos, de acordo com o plano nacional, que é de 2014 a 2024.¹⁰¹

É importante destacar que a referida da formação é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 pela Lei nº 11.494/2007 e pela Lei Municipal nº 3.394/2013. Portanto, o Prefeito Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal a proceder o pagamento de bolsas de estudo e pesquisas as Coordenador-adjunto e aos professores tutores/monitores que ministrarem a Formação Continuada implementada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O coordenador-adjunto e os professores tutores monitores que ministrarem a formação continuada terão direito ao recebimento de uma bolsa de estudos e pesquisas no valor global de R\$ 3.600,00 até o final dos 9 meses do curso, a título de tutoria e monitoria, que serão pagos conforme cronograma de pagamento a ser estabelecido pela SEME.

Art. 3º As bolsas de estudos e pesquisas a serem pagas não caracterizam vínculo empregatício e, em nenhuma hipótese, incorporam os vencimentos.

Art. 4º São atribuições dos bolsistas da Formação continuada implementada pela Secretária Municipal de Educação:

I- Do coordenador-adjunto:

- a. Manter um plantão de apoio aos professores, tutores/monitores oferecendo-lhes assistência pedagógica;
- b. Orientar e supervisionar a equipe de professores e monitores em relação aos conteúdos das atividades a serem executadas;
- c. Avaliar o desempenho dos tutores/monitores;
- d. Garantir a realização dos encontros organizando o local do evento e disponibilizando os recursos necessários;
- e. Acompanhar a frequência dos professores cursistas a partir do registro enviado pelos tutores/monitores;
- f. Fornecer a certificação aos professores cursistas a partir dos registros de frequência enviados pelos tutores;

II- Dos tutores monitores:

- a. Planejar e avaliar as atividades de formação junto ao coordenador;
- b. Ministrar o curso de formação continuada;
- c. Coordenar, acompanhar e subsidiar a situação dos formandos;
- d. Participar dos encontros de coordenação, promovidos pelo coordenador-adjunto;
- e. Articular-se com o coordenador-adjunto;
- f. Acompanhar a frequência e a participação dos professores cursistas correspondentes a turma que presta assistência e enviar relatório ao coordenador-adjunto;
- g. Acompanhar os formandos nos momentos presenciais;
- h. Contribuir com a implementação de mecanismos que garantam o cumprimento do cronograma do curso;
- i. Trabalhar em consonância com as propostas da Secretaria Municipal de Educação e as orientações recebidas pelo coordenador-adjunto.¹⁰²

¹⁰¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Cidade de Castelo – estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://castelo.es.gov.br/imagens/noticias/arquivos/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁰² PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. Lei nº 3.428, de 12 de dezembro de 2013.

Com base na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/96 e amparado pela lei federal 11.494/2007, o Município de Castelo - ES, criou a lei 3.394/2013, a qual assegura ao município elaborar um plano de formação continuada e, assim, destinar os recursos necessários, que são recebidos pela união, aplicando-os na formação dos profissionais da educação do município. Essa ação feita pela Prefeitura Municipal deu amparo financeiro à formação, trazendo frutos positivos para a classe do magistério e todos os envolvidos no contexto escolar. Sabe-se que a capacitação dos/as professores/as e funcionários/as envolvidos no processo escolar, viabiliza a realização de ações concretas junto às escolas do município, uma vez que não basta somente capacitar, mas também, propiciar uma forma de que toda formação saia do papel e do discurso, para uma ação concreta e direta junto aos educandos, atores principais do objetivo da proposta inicial desse documento.

Contemplando o Plano de Formação Continuada do Município de Castelo, pertinente ao município, conforme previsto no Plano Municipal de Educação, nota-se que as equipes gestoras de cada escola, a partir das demandas existentes de caráter pedagógico, implementam uma proposta de formação que possa ser realizada em horário de trabalho, envolvendo todos os profissionais da educação. Sendo assim, fica definida a organização do trabalho, conforme dados cedidos pela Secretaria Municipal de Educação:

- 1) Reunião técnica com o gestor de cada unidade escolar;
- 2) Definição pela equipe gestora de cada unidade escolar da temática a ser estudada;
- 3) Execução da formação a ser estudada nos turnos matutino e vespertino;
- 4) Apresentação para a comunidade escolar dos resultados dos projetos pedagógicos desenvolvidos em consonância com a formação continuada.¹⁰³

Considera-se fundamental que a proposta de formação continuada, necessariamente, precisa retratar a questão da diversidade cultural e religiosa, de forma interdisciplinar, procurando agregar valores essenciais à construção do conhecimento por parte do aluno. Assim, cada unidade de ensino, tendo como base a sua realidade e as suas demandas internas, elaboram ações que perpassam por tais temas. Ficando definido, então, que a SEME receberá as devolutivas de tais trabalhos no final do ano letivo.¹⁰⁴

A propósito, vale lembrar que a Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação, normalmente é realizada durante o ano letivo e atende cerca de

¹⁰³ Dados cedidos pela Secretaria de Educação à mestranda em setembro de 2017.

¹⁰⁴ Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Cidade de Castelo – estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://castelo.es.gov.br/imagens/noticias/arquivos/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

quinhentos profissionais da educação. Com isso, todas as disciplinas do currículo do ensino fundamental são contempladas, incluindo também, formação às turmas de Educação Infantil e aos profissionais que exercem a função de Assistentes de Serviços de Educação e Cuidadores na Rede Municipal de Educação.

Convém destacar que os assuntos abordados na formação têm como objetivo atender aos questionamentos que o professor constantemente levanta, considerando as suas crenças e suas atitudes, de forma reflexiva, na busca de alternativas metodológicas e práticas, a fim de romper com paradigmas ultrapassados e juntos avançar para produzir uma educação de qualidade, que almeja a valorização e a heterogeneidade pertinente ao ser humano, e, que, a partir da mesma, possa construir uma nova etapa marcada pela solidariedade, pela parceria, pelo envolvimento e pelo dinamismo.

Com o propósito de se trabalhar com a formação continuada em rede, a fim de diminuir distâncias entre as aprendizagens adquiridas, no interior das escolas do município, é preciso trabalhar o desenvolvimento de ações coletivas por meio de estudos, de planejamentos e de troca de experiências entre os/as professores/as das várias séries/anos e/ou disciplinas do ensino fundamental, essa formação será desenvolvida no decorrer do ano letivo.

O propósito é permitir que os/as professores/as, sintam-se parte integrante da rede municipal de ensino, de uma forma que todos trabalhem em equipe, na busca pelo mesmo objetivo, de modo harmônico e com ações formadoras que oportunizem uma educação de qualidade oferecida pelo Município. Sabendo, que há de se preocupar, principalmente, com uma educação que atenda a todos de maneira igualitária e não excludente, em uma época que a evolução das tecnologias de informação e comunicação estão sendo atualizadas, em uma grande velocidade e uma constante mudança, no processo de produção do conhecimento. O objetivo é de se preservar o entusiasmo dessa atualidade, para que a educação venha transformar a sociedade de forma eficaz.

Entendo que a educação que a escola promove é um diferencial de outras práticas educativas, principalmente, quando se trata das que acontecem na família, no trabalho, no lazer e nas demais formas de convivência social, para constituir um apoio intencional com o intuito de favorecer o crescimento e a integração de crianças e jovens e, também de adultos, em muitos casos. Para tanto, na concepção democrática, a educação escolar é vista como:

[...] responsável por criar condições para que todas as pessoas desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de

compreensão da realidade e para participar de relações sociais cada vez mais amplas e diversificadas, condições fundamentais para o exercício da cidadania.¹⁰⁵

Ademais, nesse tempo de mudanças tão significativas, é necessário estar consciente das características múltiplas do ser humano e da busca de uma prática educativa favorável nessa heterogeneidade, esse, sem dúvida, é o caminho para uma atuação competente. Diante disso, caminhamos na certeza de que só com muito empenho, com muita dedicação, com muita união e muita parceria há a possibilidade de se construir a educação, com bases fortes, valorizando a liberdade com uma forte autonomia, contanto que, também, possa fortalecer as ações solidárias de respeito à dignidade humana.

Assim, a formação de professores/ras tem como destaque um tema crucial e de grande relevância dentre as políticas públicas para a educação, porque os desafios que se apresentam na escola, é a exigência do trabalho educativo em outro nível profissional, bem mais superior ao que hoje existe. Então, além de oferecer uma formação consistente, sem muitas apresentações, no momento atual, por não realizar grandes transformações, proporcionar aos professores/as oportunidades de formação, é urgente.

No entanto, o conceito de diretrizes para a formação profissional dos professores/as não depende apenas da identificação das tarefas próprias da educação escolar, depende também, da identificação do lugar que a formação de professores/ras ocupa, no conjunto de fatores que interferem na aprendizagem dos/as seus/suas alunos/as. Segundo Ilma Passos A. Veiga:

A relação entre formação inicial e continuada, significa integrar, no próprio currículo da formação inicial, professores já atuantes, que desde logo se tornam agentes da formação dos futuros docentes. A formação inicial deve fornecer ao futuro professor uma sólida bagagem nos âmbitos científico, cultural, social, pedagógico para o exercício profissional, ao passo que a formação continuada se centra nas necessidades e situações vividas pelos docentes.¹⁰⁶

Mesmo tendo todo o processo de formação continuada, o/a professor/a se depara com as dificuldades que surgem no cotidiano de seu trabalho. Além das dificuldades acima citadas, o retorno financeiro é pouco, diante dos desafios que a carreira exige. Os baixos salários têm sido uma forma de desmotivar, crescendo o descrédito da classe com as possíveis mudanças na escola pública. As maiores dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as na escola pública é

¹⁰⁵ BRASIL/MEC/SE. *Referenciais para Formação de Professores*. Ministério da Educação, Brasília/ Secretaria da Educação Fundamental, 1999. p. 24. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002179.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹⁰⁶ VEIGA, Ilma Passos A. *Professor: tecnólogo de ensino ou agente social*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lucia (Org.). *Formação de professores: políticas e debates*. Campinas: Vozes, 2002. p. 86.

uma das grandes preocupações da carreira docente, a desmotivação e a desvalorização. Os baixos salários, a falta de recursos para trabalhar, alunos/as desmotivados/as e a política de desvalorização do trabalho docente, tem trazido uma crescente angústia na hora de ensinar. Apesar de ser um/a profissional que tem a grande responsabilidade de formar os/as cidadãos/cidadãs visando a melhoria da sociedade como um todo,

O que tem ocorrido é uma política de desvalorização do professor, prevalecendo as concepções que o consideram como um mero técnico reproduzidor de conhecimentos, um monitor de programas pré-elaborados, um profissional desqualificado, colocando-se à mostra a ameaça de extinção do professor na forma atual. A realidade retrata uma carreira quase inexistente, com condições de trabalho aviltadas, pouca retribuição financeira e discutível reconhecimento social.¹⁰⁷

Sabe-se que, mesmo acontecendo todo o processo de formação continuada, o/a professor/a, esbarra com diversas dificuldades que aparecem no dia a dia de seu trabalho. Sendo que, além das dificuldades acima citadas, ainda existe a questão financeira que muito incomoda aos profissionais da educação, a desvalorização é gritante, com salários que não atendem às necessidades dos mesmos. Com tudo isso, esses profissionais vivem constantemente com várias inquietações, pela falta de reconhecimento profissional, financeiro e social. O que se aponta nessa citação é o retrato da realidade de uma carreira que por si só não se sustenta, é preciso muito investimento, valorização e reconhecimento da sociedade concernente ao importante papel desse/a profissional no que tange às grandes e significativas transformações da sociedade em todos os aspectos.

Afinal, os profissionais da educação, às vezes, perdem a capacidade de impressionar o mundo psíquico-social dos jovens e adolescentes, por se tratar de situações que estão longe da capacidade e da formação dos mesmos. Além disso, a realidade cruel vivenciada pelos profissionais no cotidiano da escola é desgastante e tem deixado marcas profundas de violência que tem se apresentado de forma muito real na sala de aula. Infelizmente, é decepcionante constatar tudo isso, pois não condiz com o que se espera de um ambiente destinado ao aprendizado. A palavra chave para essas profissionais é superação. Em todos os dias, eles se superam, estão cientes de que seus gestos e suas palavras não têm tanto impacto numa sociedade que não os escutam e assim, conseqüentemente, sofrem, mas acreditam que tem o privilégio e é privilegiado por ser capaz de produzir milhares de emoções e pensamentos que estimulem o desenvolvimento da inteligência.

¹⁰⁷ MARTINS, Zildete Inácio; PEREIRA, Liliana Lemus. A identidade e a crise do profissional docente. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002. p. 113-132.

Na atualidade, infelizmente, o grande mal que afeta tanto os pais/as mães quanto os/as professores/as, em determinados casos, é o engano de se acreditar na tentativa de imposição dos limites necessários à conduta dos filhos e dos alunos, sem fazer uso do autoritarismo demasiado. Na maioria das vezes, não conseguem identificar nem estabelecer os limites inerentes à autoridade e à liberdade sem os mesmos, de acordo Freire, a liberdade se transforma em licenciosidade e a autoridade se converte em autoritarismo.¹⁰⁸

Há a necessidade de se observar, com muita precisão, que em meio aos aspectos apontados como as grandes causas dos conflitos da prática docente aqui informados, conseqüentemente, encontramos um fator comum a todos eles: a sociedade. Assim, o modo como ela desempenha um papel determinante sobre as condições de trabalho e constituição do profissional docente pode ser um ponto bem claro nas temáticas aqui explicitadas. Como, por exemplo, a desvalorização expressa no baixo valor de seu salário está diretamente ligada ao modelo econômico vigente na nossa sociedade, no caso o capitalismo baseado na propriedade privada e no acúmulo de capital. Assim, a sobrevivência e inserção social do indivíduo dependem da sua capacidade econômica e o caso do professor não é exceção. Mesmo que, às vezes, a sociedade se manifeste como empecilho ao trabalho do professor, entendemos que esse trabalha em prol de sua melhoria na esperança de poder transformá-la, de alguma forma, como constata Fontana:

Apesar de reconhecerem ser um trabalho árduo e desvalorizado oficialmente, analisavam a docência a partir da possibilidade de mudança e de transformação social, como espaço de formação das novas gerações, e viam nessa possibilidade de contribuir para a construção de instrumentos para a cidadania ativa o fator determinante de sua identificação com o magistério e de sua permanência nele, [...].¹⁰⁹

Assim, faz-se necessário então que se lance um novo olhar sobre o verdadeiro significado que o/a professor/ atribui à sua prática e à luta pelos seus direitos em nome de uma sociedade mais justa que reconheça e valorize a importância do profissional que forma as gerações futuras e perpetua os conhecimentos de nossa espécie.

Portanto, as ações formadoras concretas propostas e bem planejadas, de forma a não sendo ações isoladas nas escolas, com uma práxis desenvolvida e fundamentada, num tripé reflexão/ação/avaliação, que resulta em um movimento inesgotável, que também não tem tempo determinado ou definido, ou seja, Formação Continuada no sentido mais amplo da palavra. Por outro lado, é ser aprendiz na sala de aula, diretamente em contato com o aluno,

¹⁰⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 2007, p. 117-122.

¹⁰⁹ FONTANA, Roseli A. Cação. *Como nos tornamos professoras?* 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 133.

estabelecendo uma relação qualitativa com ele, continuamente, no estudo com toda a equipe escolar, na valorização de cada um, na busca da superação de hábitos, de atitudes e de costumes que não tem validade em uma escola inclusiva que desejam ser espaço de construção de aprendizagem sólidas que perpassam o currículo estabelecido. Com isso, é necessário certificar se o processo de formação e atualização do professor, não se limita apenas ao momento da formação, porque ele se desenvolve por todo o trajeto profissional do docente, por mediar uma relação dialética, defendida por Freire como essencial na prática pedagógica, quando posiciona que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.¹¹⁰

Desse modo, todos da comunidade escolar ganham, em grande proporção, em competência e em habilidade enquanto tem a oportunidade de aprender juntos.

3.4 Formação para a diversidade: respeito aos diferentes símbolos e expressões culturais e religiosas

A palavra cultura assume uma interpretação abrangente. De acordo com o Dicionário Aurélio, é o “Ato, arte e modo de cultivar”.¹¹¹ A palavra vem do alemão *kultur*¹¹² e o termo está relacionado aos padrões seguidos por uma sociedade ou civilização. A cultura abrange os valores morais, o comportamento, as crenças, os ritos, o modo de se alimentar, o vestir... é a maneira como um povo vive. Esses aspectos influenciam no desenvolvimento da sociedade em si, uma vez que remete ao modo em que se utiliza os produtos naturais até a escala industrial.

O Brasil é um país que foi construído por diversos povos diferentes. Logo, há grande diversidade cultural e religiosa, uma vez que houve influência portuguesa, espanhola, italiana, africana, principalmente. Olhando o contexto histórico, as expressões culturais vinda dos povos africanos foram sempre rejeitadas, sobretudo no que se diz respeito à religião, que até hoje busca por espaço na sociedade.

A escola é um espaço qualificado para que o aprendizado seja desenvolvido junto com a aquisição do conhecimento. O ambiente escolar é um potencial para afetar o pensamento da sociedade em relação às diferenças culturais, ajudando grupos sociais, com expressão menor, a conquistarem mais espaço e a conseguirem maior representação. Essa colaboração vem de todos os membros envolvidos numa escola, desde alunos e educadores à comunidade externa.

¹¹⁰ FREIRE, 1998, p. 25.

¹¹¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹¹² CUCHE, Denys. *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. p. 25.

A troca de aprendizado entre as culturas é um longo processo, implica na descoberta de um do outro através de gestos e vários tipos de linguagem, que são expressados através do modo de vestir, de se alimentar, da religião e dos costumes entre tantas outras formas de ser cultura. Entretanto, Freire acredita que esse processo deve começar a partir do professor.

A diferença está por onde esta aprendizagem se inicia. [...] isso significa que, através da diferença, temos de aprender a tolerar outro, a não julgá-lo por nossos próprios valores, mas a julgá-los com os valores desse outro, que tem valores diversos dos nossos. E o que me parece fundamental é que, ligado ao conceito de diferença e tolerância, está o conceito de cultura.¹¹³

O mundo sempre foi cheio de correntes religiosas, mas, diferente de como era no passado. Atualmente, religiões que são de grupos minoritários buscam por mais espaço e igual direito de expressão. O pluralismo religioso é uma marca forte do Brasil, mas a dominância da religião cristã é notória. É importante que haja diálogo para que as dificuldades de compreensão e de entendimento de religiões diferentes não tragam o desrespeito como consequência. Para que a nova geração trate as diferenças com mais naturalidade, precisa-se, urgentemente, de um despertar para uma nova consciência. Abrir-se para conhecer novas religiões não significa rejeitar a própria convicção e fé, mas, sim, ter consideração pelo outro e caminhar para uma mente com maior discernimento.

Em “A pedagogia da esperança”, Freire destaca a importância da tolerância diante da diversidade cultural e define que essa não pode ser vista de forma radical e que tolerar não significa ser conivente. Quem precisa dessa tolerância é o oprimido, que tem sua cultura reprimida. Freire define, na sua obra, a ideia da pedagogia do oprimido como “[...] a relação entre a clareza política na leitura do mundo e os níveis de engajamento no processo de mobilização e de organização para a luta, para a defesa dos direitos, para a reivindicação da justiça”.¹¹⁴ O autor também deixa bem claro que apenas o conhecimento sobre o problema e a compreensão do mesmo não é suficiente para que a realidade mude. Ele chama atenção para que as atitudes sejam mais efetivas e que vão além das soluções ideológicas, além da esperança em um mundo melhor. Entretanto, o conhecimento deve ser ignorado, pois a crítica à realidade é o princípio para transformação. Freire expressa essa ideia no seguinte trecho:

É por isso que, alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá

¹¹³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p. 16.

¹¹⁴ FREIRE, 1997, p. 21.

a opressão. [...] não basta ao operário ter na cabeça a ideia do objeto que quer produzir. É preciso fazê-la.¹¹⁵

Paulo Freire é incrédulo quanto à força dos discursos neoliberais “modernos” como meio de acabar com as diferenças de interesses entre as classes sociais, bem como a luta entre elas. Esse processo é histórico-social e, em certos momentos da história, é necessário que as classes se entendam pelo bem da sobrevivência social em geral. Ou seja, os acertos entre as classes ocorrem por necessidade, não pelo fato de ser um novo tempo ausente de conflitos.

Em “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire inicia fazendo uma crítica aos meios de ensino tradicionais. Ele defende que a pedagogia seja fundada na ética, no respeito, na dignidade e principalmente, na autonomia do/a educando/a. Aqui, o professor que age de forma conservadora e autoritária é questionado, uma vez que afeta na principal função da educação, inibe os educandos a terem sua curiosidade incentivada e de compartilhar suas vivências adquiridas ao longo da vida. Essa falta de troca coloca em risco o ensino democrático entre os educadores e educandos, uma vez que, por estarmos em terno aprendizado, é necessário estar aberto para a curiosidade. Simples fatos dos/as educadores/as, como pequenas atitudes e palavras podem ficar marcadas para sempre na vida dos/as alunos/as.

Portanto, esse poder de contribuir no desenvolvimento da pessoa traz uma grande responsabilidade ao educador. Essa contribuição pode ser positiva ou não, provando o quanto é cautelosa a função de educar, pois educar é formar. A metodologia utilizada pelo professor tem um importante papel nisso, pois ele precisa estar aberto às transformações do mundo para auxiliar nos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico. Também, vale ressaltar que o educando precisa que sua experiência seja valorizada e que a educação seja uma troca, um processo de vivências compartilhadas. O processo precisa ser dinâmico, gerando respeito e compreensão. O método de ensino precisa estar equilibrado entre as emoções do/a educador/a e do/a educando/a.

É necessário que haja ética entre o/a educador/a e o/a educando/a. Paulo Freire discute muito sobre a prática de ensinar e diz: “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.¹¹⁶ Essa ideia reflete a necessidade de que precisa haver autonomia do educando em relação ao ensino, que ele precisa ter sua identidade respeitada. Por isso, o educador desse se envolver com as experiências dos

¹¹⁵ FREIRE, 1997, p. 16.

¹¹⁶ FREIRE, 1997, p. 21.

educandos para que então, os educandos se envolvam com o conhecimento que ele desenvolveu. Esse é o caminho para o desenvolvimento do senso crítico.

Paulo Freire constata as diferenças de tratamento às pessoas por nível social. Ele destaca o papel importantíssimo que tem a educação na luta quanto à imoralidade da discriminação, que fere a dignidade do ser humano.¹¹⁷ O autor destaca alguns conceitos que podem ser utilizados para emplacar o preconceito e que resultam em um aproveitamento maior do aprendizado e são eles: a ética, o bom senso, a responsabilidade, a coerência, a humildade e a tolerância. Esses citados devem fazer parte do conjunto de qualidade do/a educador/a. Segundo o autor:

O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico.¹¹⁸

O educador possui uma autoridade em relação ao ensino e precisa transmitir segurança quanto a esse papel, para que se faça respeitado. O autor deixa muito bem claro que uma autoridade docente democrática é diferente de uma autoridade docente autoritária. Essa última é rígida e não explora a criatividade do/a educando/a. Por outro lado, o comportamento sugerido (de forma democrática) é fundado na liberdade. A liberdade aqui é vista como algo a ser desafiado e, jamais, como rebeldia. Freire resume com a seguinte ideia:

A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade. Pelo contrário, aposta nela. Empenha-se em desafiar-la sempre e sempre; jamais vê, na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta. A autoridade coerentemente democrática, mais ainda, que reconhece a eticidade de nossa presença, a das mulheres e dos homens, no mundo, reconhece, também e necessariamente, que não se vive a eticidade sem liberdade e não se tem liberdade sem risco. O educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações. Decidir é romper e, para isso, preciso correr o risco. Não se rompe como quem toma um suco de piranga numa praia tropical. Mas, por outro lado, a autoridade coerentemente democrática jamais se omite. Se recusa, de um lado, silenciar a liberdade dos educandos, rejeita, de outro, a sua supressão do processo de construção da boa disciplina. Um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que a torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindo de fora de si, sejam reelaborados por ela, a sua autonomia. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o 'espaço' antes

¹¹⁷ FREIRE, 1998, p. 39-40.

¹¹⁸ FREIRE, 1998, p. 39-40.

‘habitado’ por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida.¹¹⁹

Uma característica essencial no educador democrático é saber escutar. O autor sintetiza essa ideia dizendo que “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele”.¹²⁰ Ou seja, uma comunicação efetiva exige o momento de escutar. Para saber exatamente o que falar para a pessoa e como transmitir uma ideia efetivamente, é necessário conhecer sua história para então saber o que/como ela precisa ouvir.

O texto faz uma crítica forte à padronização de comportamento e atribui a origem desse processo ao “poder invisível da domesticação alienante”.¹²¹ O autor afirma que esse fenômeno denominado de “burocratização da mente”¹²² possui uma eficiência formidável. Essas ideias são apresentadas como protesto em relação à minimização da população mais carente em que são impostas às situações opressoras e são acomodados, nessa situação, que é dita como fatalistamente imutável. É como se os fatos fossem consumados, como se a história fosse determinada e não vista como uma possibilidade.

Freire acredita que o professor precisa ter uma presença política na escola e não ser omissos às questões sociais. Seguindo essa ideia, o/a professor/a precisa apresentar opções de escolha aos alunos, atuar como formador de opinião, mostrar plena capacidade de análise e avaliação transmitindo conforto aos alunos no processo de tomada de decisões. A ética do professor deve ser passada através do seu testemunho. O/a professor/a é muito importante no processo de mudança social, mostrando aos alunos o caminho contrário à alienação e ao conformismo.¹²³

A educação é uma intervenção no mundo. Não pode ser neutra. Os obstáculos que aparecem no caminho afetam de forma direta a visão turva da História. Freire critica a história como é contada quando diz: “De um lado, a compreensão mecanicista da História, que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, e de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico”.¹²⁴ Ele afirma que não somos seres que nasceram determinados, mas sim afetados por diversos condicionamentos como a genética, a cultura, a classe, o gênero e qualquer outra marca a que nos é referida.

¹¹⁹ FREIRE, 1996, p. 36.

¹²⁰ FREIRE, 1996, p. 43.

¹²¹ FREIRE, 1998, p. 128.

¹²² FREIRE, 1998, p. 128.

¹²³ FREIRE, 1998, p. 128-129.

¹²⁴ FREIRE, 1998, p. 129.

Freire também traça alguns pontos que são importantíssimos aos/as educadores/as, a fim de criarem um ambiente propício para que os/as educandos/as desenvolvam sua criatividade, o senso de crítica, a liberdade e o respeito. O autor explana bem essa ideia no seguinte trecho:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais.¹²⁵

Em “A pedagogia do oprimido”, Freire também aborda o papel reacionário do professor com a seguinte afirmação: “Se a sectarização, como afirmamos, é o próprio do reacionário, a radicalização é o próprio do revolucionário”.¹²⁶ Nessa obra, ele fala melhor da sociedade opressora e a define como a que deposita conhecimento no aluno. O tipo de educação que trata o aluno como objeto passivo, depositando informações sobre todas as disciplinas tradicionais como Português, Matemática, História, Geografia, Inglês, Física, Química, Biologia, Filosofia. O autor também trata sobre um outro tipo de educação e a chama de dialógica, que, como diz o próprio termo, é baseada no diálogo entre educadores e educandos. Nesse processo, o aluno também atua como sujeito ativo e a proposta dessa educação é a ampliar a consciência social a fim de viabilizar a revolução capaz de acabar com a opressão. “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.”¹²⁷

A educação dialógica se baseia no diálogo que se inicia a partir da busca pelo conteúdo programático. Paulo Freire deixa muito claro que não é papel do revolucionário, e ele não deve fazer isso de forma alguma, moldar o pensamento dos educandos para que seja igual ao seu. O processo deve ser construído com base no diálogo. “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens.”¹²⁸

A opressão se baseia na conquista dos mais fracos e no enfraquecimento contínuo dos mesmos para que se sintam ainda mais fracos. Esse processo se dá pela manipulação das massas

¹²⁵ FREIRE, 1998, p. 115.

¹²⁶ FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 24-25.

¹²⁷ FREIRE, 1987, p. 93.

¹²⁸ FREIRE, 1987, p. 93.

e da invasão cultural. Os opressores iniciam pela tomada da força e utilizam da estratégia de jogá-los uns contra os outros fazendo com que não percebam todo processo. A partir daí os oprimidos se perdem em falsos valores sem perceber, perdendo sua cultura raiz que é trocada por símbolos importados gerando esmagamento da identidade do povo. Essas origens só são resgatadas a partir da libertação.¹²⁹ “Os oprimidos só começam a desenvolver-se quando, superando a contradição em que se acham, se fazem ‘sêres para si’.”¹³⁰

A libertação ocorre através da colaboração da união de forma organizada. Um outro fator citado que contribui para a libertação é a síntese cultural em que o autor afirma que o povo precisa ter sua visão de mundo valorizada. Tudo que foi dito a respeito da educação dialógica (parceria entre educador e educando) está relacionada à colaboração. Somente a união dos oprimidos agrega força relevante contra o opressor. Freire não acredita na liberdade sem autoridade e afirma: “O fato de não ter a liderança o direito de impor arbitrariamente sua palavra não significa dever assumir uma posição liberalista, que levaria as massas oprimidas – habitadas a opressão– a licenciosidades”.¹³¹

Freire faz uma crítica aos problemas sociais através do seguinte trecho:

Acreditamos não ser necessário sequer usar dados estatísticos para mostrar quanto, no Brasil e na América Latina em geral, são ‘mortos em vida’, são ‘sombras’ de gente, homens, mulheres, meninos, desesperançados e submetidos a uma permanente ‘guerra invisível’ em que o pouco de vida que lhes resta vai sendo devorada pela tuberculose, pela esquistossomose, pela diarreia infantil, por mil enfermidades da miséria, muitas das quais a alienação chama de ‘doenças tropicais’...

(...)

O que defende a teoria dialógica da ação é que a denúncia do ‘regime que segrega esta injustiça e engendra esta miséria’ seja feita com suas vítimas a fim de buscar a libertação dos homens em colaboração com eles.¹³²

Freire enfatiza o poder do diálogo, comparando-o a um encontro de pessoas tão importante que se torna uma exigência existencial ao ser humano. Não é diálogo, entretanto, uma discussão polêmica de quem quer impor sua verdade e não pronunciar o ser humano. Para que haja diálogo, é preciso que haja amor ao mundo e aos seres humanos. O autor define que o diálogo é amor, e faz a seguinte afirmação: [...] “é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os seres humanos. Onde quer que estejam esses oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, esse compromisso é amoroso, é dialógico.”¹³³

¹²⁹ FREIRE, 1987, p. 178-189.

¹³⁰ FREIRE, 1987, p. 189.

¹³¹ FREIRE, 1987, p. 210.

¹³² FREIRE, 1987, p. 201-202.

¹³³ FREIRE, 1987, p. 94

Apresentada a ideia de que o amor é essencial para o diálogo (ou é o próprio diálogo), ainda existe um outro ponto de vista a ser analisado que é apresentado em “A pedagogia da indignação”. Na obra, o autor Paulo Freire expõe a questão da liberdade e sua conflituosa relação com a autoridade. Para exemplificar essa ideia, uma analogia entre pai e filho é utilizada em que a criança desfruta de uma imensa liberdade de seus desejos, vivendo sem limites. A esse estilo de vida, Freire dá o nome de “tirania da liberdade”¹³⁴, ou seja, a imposição da liberdade. Por isso se diz que a relação entre liberdade e autoridade não é tão simples, mas uma análise racional leva à descoberta de que ambas não são contrárias como se pensa. Esse aprendizado é importante. O autor conclui a ideia com o maior ensinamento que essa reflexão proporciona: “É a partir deste aprendizado que ambas se comprometem na prática educativa com o sonho democrático de uma autoridade ciosa de seus limites em relação com uma liberdade zelosa igualmente de seus limites e de suas possibilidades”.¹³⁵

Com tantas ideias e aprendizados sobre o diálogo entre o diferente e o respeito ao ser humano, o caminho para a formação de educadores para a diversidade está traçado e é urgente que o mesmo seja assumido pelas Secretarias de Educação. O grande pedagogo Paulo Freire deixou diversas reflexões mostrando a importância de se ter esperança na educação com autonomia, desabafando suas indignações e dando voz ao oprimido. Para isso, basta o educador entender sua responsabilidade e assumi-la para que o sonho de um mundo melhor e uma educação para o respeito à diversidade seja cada vez menos distante.

¹³⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP. 2000, p. 16.

¹³⁵ FREIRE, 2000, p. 18.

CONCLUSÃO

Tanto o regime quanto o processo da intolerância abrangem polêmicas e uma problemática que implicam na liberdade e no limite. Ela tem, em seu contexto e discussão, os ideais da diferença que precisam de viabilização das interações sociais e das relações humanas. Geralmente, acontece entre grupos, locais ou ambientes ou esfera pública, sendo assim, o fenômeno intolerância tem uma linguagem própria de significados e significantes que se perpetua através de preconceitos ou de atitudes. Por se tratar de relações e de fatos entre indivíduos, necessita-se de um ambiente que se identifique com o que é público, porque é aberto, acessível e por ser disponível a todos, ou seja, espaço de sociabilidade e de interações.

A problemática da religião em espaço público se configura em uma das abordagens sobre o desentendimento provindo de significações e de estereótipos, que expressa essa complexidade no pensar, no ver, no julgar e no agir. Compondo a consciência como o bem-comum, o conjunto de ideais e de elementos abrangentes, diversos, plural e democrático.

A escola como espaço de diversidade é um local que propicia o diálogo com possibilidade de saberes e de sentimentos. Nela, os indivíduos sofrem influência e influenciam, por meio das diversas manifestações culturais e religiosas, e com isso, esse espaço fica carregado de significações importantes, que irão tecer o caráter e a forma de pensar de todos que ali se relacionam.

É importante ressaltar que a prática da tolerância exige constantemente exercícios, paciência e uma busca diária por reflexão. Também, deve envolver todo um processo de aceitação e de inclusão. Enfim, é procurar o domínio de si mesmo, o encontro de probabilidade, de emoções e de afetos.

Assim, por meio da tolerância, o objetivo maior é desejar, sem hipocrisia, o bem ao próximo e, conseqüentemente, com esse valor produzir frutos que resultarão em sucesso, partilha, esperança, harmonia e superações. Mas, para que isso aconteça, não basta simplesmente tolerar por tolerar, mas sim, respeitar o outro em sua individualidade.

Para tal, é necessário considerar a importância do objeto do regime da tolerância como um desafio que precisa ser inovado e adaptado ao momento em que se vive, sabendo que proporciona equilíbrio, vulnerabilidade e, sobretudo, o exercício da paciência e da determinação para não se perder o objetivo inicial, ou seja, o ato de aceitar a diversidade da forma como ela se manifesta.

A tolerância também se define pelo estilo da realidade, da aceitação de opiniões, do papel que cada um desempenha no diálogo, da ideia que um faz do outro, do grau de importância, bem como, da expectativa do respeito e da empatia para seu sucesso.

Nessa perspectiva, as definições do dizer, do contradizer e do não dizer em momento de futuro impasse, através dela, estão condicionadas às respostas que propõem uma metodologia que teoriza a clareza das ações. E, desse modo, resulta na superação e na alternativa de novas possibilidades de escolhas que contemplem um viver melhor e mais humanizado.

A intolerância funciona a partir de um contexto de fracasso, de descrença, em que as relações humanas não acontecem. É preciso superar a cultura da intolerância, viabilizando uma linguagem de entendimentos, de prudência e de uma convivência pacífica.

Para Silva, é preciso ter bem claro qual é o conceito de tolerância. Muitos de nós temos a ideia que tolerar é aguentar o outro. Se assim o fosse, cada um permaneceria em seu lugar e ninguém se envolveria no espaço do outro. Agir dessa maneira, é desejar se livrar do outro como se fosse um incômodo. Nesse momento, o papel do professor deve ser de mediador, viabilizando entre os educandos um novo conceito de tolerância. Para isso, precisa desenvolver neles a reflexão sobre o assunto é também propiciar um novo conceito para a palavra tolerância, assumindo-a como um novo modo de vida, contribuindo para a construção de um novo cidadão, que seja crítico e atuante, que possa promover uma sociedade igualitária e justa.¹³⁶

Para Freire, a Escola é considerada um espaço público privilegiado na construção do conhecimento, sendo esse o melhor caminho para o diálogo. Segundo ele, é o exercício da educação “como prática da liberdade”.¹³⁷ Diálogo esse que liberta e possibilita o respeito aos valores de cada um e tem como contribuição a formação do indivíduo para a transformação da sociedade, no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática, desenvolvendo a fé e o amor para superar o mal provindo da intolerância.

Na atualidade, a Formação Continuada dos professores da escola pública se faz necessária e urgente, no sentido de capacitá-los em sua prática pedagógica. Com isso, é necessário que a formação saia do papel e passe a ser vivenciada de maneira concreta, interagindo com todo o processo de ensino-aprendizagem, trabalhando com uma metodologia transformadora e inovadora. Não adianta uma metodologia nova, com ações inovadoras, se o professor continuar com uma “roupagem velha”, com a “venda” da acomodação impedindo-o

¹³⁶ SILVA, Clemildo Anacleto. *Educação, tolerância e direitos humanos*: a importância de valores humanos na escola. Porto Alegre: Sulina; Universitária Metodista, 2009. p. 135.

¹³⁷ FREIRE, 1987, p. 16.

de se renovar e inovar diariamente. Muito mais que trazer recursos pedagógicos para a transformação do ensino, é necessário mudar a mentalidade do professor, que por diversas vezes, tem se mostrado intolerante com as mudanças que a nova proposta pedagógica traz.

O espaço escolar é rico e desafiador para quem ensina. É preciso que o/a professor/a tenha consciência de que é o mediador entre o conhecimento e o/a aluno/a, que por sua vez, terá que lidar com as diversas formas de aprendizagem que acontecem nesse espaço cheio de diversidades, promovendo além da tolerância o respeito, contribuindo na construção de cidadãos/cidadãs livres e transformadores do contexto social em que estão inseridos.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. Dez anos “do chute na Santa”: a intolerância com a diferença. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007.

BARBOSA, Iverson Guilherme Teixeira, GOMINHO, Leonardo Barreto Ferraz. *A religião e a política de um Estado Laico: o proselitismo religioso do Congresso Nacional que põe em risco a essência de nossa democracia*. Disponível em: <<https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/artigos/417434145/a-religiao-e-a-politica-de-um-estado-laico-o-proselitismo-religioso-do-congresso-nacional-que-poe-em-risco-a-essencia-de-nossa-democracia>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. *Como fazer teologia da libertação*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BONAVIDES, Paula; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. *Lei Nº 9.475, de 22 de Julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL/MEC/SE. *Referenciais para Formação de Professores*. Ministério da Educação, Brasília/ Secretaria da Educação Fundamental, 1999. p. 24. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002179.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. De ocupações a teologias: desafios públicos à Teologia. *Encontros Teológicos*, nº. 69, Ano 29, n. 3, p. 111, 2014. Disponível: <<https://revista.facasc.edu.br/ret/article/download/92/84>>. Acesso em 20 jun. 2017.

CASAGRANDE, A. D., BARBIERO, M. H. M. *Castelo da Pré História ao Início do Século XX*. 1ª ed. Castelo: Gráfica Impresso, s.d.

CATÃO, Francisco. *Em busca do sentido da vida: a temática da educação religiosa escolar*. São Paulo: Paulinas, 1993.

Cidade de Castelo, estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.castelo.es.gov.br/site/index.asp>>. Acesso em 20 dez. 2017.

CORONA, Lúcia Cerne Guimarães; NAGEL, Lígia Helena. *Preconceitos e estereótipos em professores e alunos*. Petrópolis: Vozes; 1978.

CUCHE, Denys. *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. Portaria nº 78R de 07 de abril de 2014. Diário Oficial do Espírito Santo. Disponível em: <<http://sedu.es.gov.br/cefope>>. Acesso em: 20 out. 2017.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. *Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância*. *Revista de Estudos da Religião*, p. 51, 2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei Estadual Nº 10.149. Criação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, Brasil: Diário Oficial do Espírito Santo, 17 de dezembro de 2013. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO10149.html. Acesso em: 20 out. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONTANA, Roseli A. Cação. *Como nos tornamos professoras?* 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos. In: ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). *A Religião no espaço público: Atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDU). *Diretrizes para a Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Espírito Santo*. 2014. Secretária de Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível

em: <<http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/CEFOPE/DiretrizesFormacaoContinuadosProfissionaisdaEducacaodoEspiritoSanto.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

HOLANDA, Ângela. M. R. *Ensino Religioso: Aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.

IBGE. Censo Populacional 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

IGLECIO, Patrícia. Por liberdade religiosa, cultos afro lutam contra o preconceito em vários níveis. *Rede Brasil Atual*. 19 Set. 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/09/intolerancia-religiosa-582.html>>. Acesso em: 20 jul 2017.

JACOBINA. Paulo Vasconcelos. *Estado laico, povo brasileiro: reflexões sobre liberdade religiosa e laicidade estatal*. São Paulo: Ltr. 2015.

JOHNSON, Phillip E. *Ciência, intolerância e fé. A cunha da verdade: rompendo os fundamentos do naturalismo*. 2. ed. Trad. Elizabeth Gomes. Viçosa: Ultimato. 2007.

JUNQUEIRA, Sergio R.A.; CORRÊA, Rosa L. T.; HOLANDA, Ângela M. R. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.

MALLON, Brenda: *Os símbolos místicos - um guia completo dos símbolos e sinais mágicos e sagrados- símbolos de Antigas Civilizações e religiosos*. São Paulo. Larousse, 2009.

MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo. Violência, símbolo e religião. Relação entre monoteísmo e violência *Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 32, p. 12, jan/jun 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/202/212>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MANOEL, Ivan A.; ANDRADE, Solange Ramos de. (Orgs.). *Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas*. Franca: UNESP, FDHSS. 2010.

MARTINS, Zildete Inácio; PEREIRA, Liliana Lemus. A identidade e a crise do profissional docente. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002.

MIRCEA, Eliade. *Tratando da história das religiões*. Tradução de Fernando Tomaz; Natália Nunes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NASSER, Maria Celina Cabrera. *O uso de símbolos: sugestões para a sala de aula*. São Paulo: Paulinas. 2006.

NÓVOA, Antônio. (Coord.). *Os professores e sua formação*. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote. 1995.

ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson. Introdução. In: ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI,

Emerson (Orgs.). *A Religião no espaço público: Atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Cidade de Castelo – estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://castelo.es.gov.br/imagens/noticias/arquivos/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

PRANDI, Reginaldo. Converter indivíduos, mudar culturas. *Tempo Social*, v. 20, n. 2, p. 155-157, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/08.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

RANKING DECRESCENTE DO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto *Laicidade à Brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas. 2014.

SANCHEZ, Wagner Lopes. *Pluralismo religioso no mundo atual*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO – ES. Plano Municipal de Educação 2014/2024. Disponível em: <http://castelo.es.gov.br/imagens/noticias/arquivos/plano_municipal_educacao.pdf>. Acesso: em 22 out. 2017.

SILVA, Clemildo Anacleto. RIBEIRO, Maria Bueno. *Intolerância religiosa e direitos humanos*. Porto Alegre: Sulina; Universidade Metodista. 2007.

SILVA, Clemildo Anacleto. *Educação, tolerância e direitos humanos: a importância de valores humanos na escola*. Porto Alegre: Sulina; Universitária Metodista, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007.

SOARES, Thiago; CALAGNO, Luiz. Ataques de intolerância religiosa contra estátuas de orixás envergonha o DF. *Correio Braziliense*, 31 dez. 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/12/30/interna_cidadesdf,512374/ataques-de-intolerancia-religiosa-contra-estatuas-de-orixas-envergonha.shtml>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

SORIANO, Aldir Guedes. Direito à liberdade religiosa sob a perspectiva da democracia liberal. In: SORIANO, Aldir Guedes; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Direito à*

liberdade religiosa: desafios e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. *Professor: tecnólogo de ensino ou agente social*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lucia (Org.). *Formação de professores: políticas e debates*. Campinas: Vozes, 2002.

WALZER, Michael. *Da tolerância*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

